

# CDB NOTÍCIAS

EDIÇÃO ESPECIAL

## A CONVENÇÃO SOBRE **DIVERSIDADE BIOLÓGICA**

DA CONCEPÇÃO À  
IMPLEMENTAÇÃO



Perspectivas históricas por ocasião do décimo aniversário da entrada em vigor da Convenção sobre Diversidade Biológica



CBD



UNEP





## Mensagem de Hammad Zedan

Secretário Executivo, Convenção sobre Diversidade Biológica



Este é um momento de muitas expectativas e grandes desafios para a Convenção sobre Diversidade Biológica. No décimo ano da entrada em vigor da Convenção é tempo de comemorar suas realizações, avaliar seus progressos e incentivar esforços para alcançar a meta de reduzir significativamente, até 2010, a atual taxa de perda de biodiversidade.

Durante as negociações para a Convenção argumentou-se que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza eram as principais prioridades, e, que a proteção ambiental era uma questão secundária. Ao longo dos últimos dez anos presenciamos, de forma gradual e significativa, uma mudança fundamental nesta forma de pensar: hoje, as medidas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade são consideradas como pré-requisitos e não alternativas de esforços de desenvolvimento econômico e social. Em nenhum outro momento esta mudança

de perspectiva foi tão evidente quanto na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, 2002, quando houve o reconhecimento da contribuição do trabalho realizado dentro da estrutura da Convenção visando promover o desenvolvimento sustentável, a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs), a erradicação da pobreza e a subsistência e integridade dos povos.

É estimulante ver os princípios da Convenção tomando forma, graças a estas transformações no pensamento global, por meio de programas de trabalho completos, acordados internacionalmente, e, que abrangem os principais biomas e são orientados por metas específicas que proporcionam uma visão clara do trabalho à frente.

A entrada em vigor do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, em 11 de setembro de 2003, é outro marco importante na implementação da Convenção. O impacto da biotecnologia moderna sobre a diversidade biológica, uma das questões sob a Convenção desde as primeiras negociações e da entrada em vigor do Protocolo,

é um exemplo de como o processo da Convenção é capaz de produzir ferramentas bem sucedidas para a implementação de seus objetivos. Na medida em que as Partes iniciem o processo de negociação de um regime internacional para o acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa de benefícios derivados de seu uso, as experiências aprendidas com o Protocolo de Cartagena serão extremamente valiosas.

Gostaria de parabenizar todos os Estados que ratificaram e se comprometeram com a implementação da Convenção e do Protocolo, e desejo exortar aqueles que ainda não o tenham feito que o façam tão logo seja possível. Gostaria de expressar também minha mais sincera gratidão a todos os autores que contribuíram para esta edição especial das Notícias da CDB. Suas opiniões, perspectivas e lembranças pessoais sobre o processo de desenvolvimento da Convenção são contribuições muito valiosas para a história da Convenção, um tributo a todos os nossos esforços anteriores e uma luz a nos guiar no trabalho que nos espera. ■

## Mensagem de Kofi Annan

Secretário Geral



A diversidade biológica é essencial ao bem estar da humanidade e à subsistência e integridade cultural de todos os povos. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD/CDB) é o principal instrumento para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica e para a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos. A Convenção, um marco na legislação internacional, e seu Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, são parte integrante de esforços internacionais para alcançar o desenvolvimento sustentável, o alívio da pobreza e as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Nestes dez anos, desde sua entrada em vigor, a Convenção se tornou um instrumento praticamente universal, com 188 Partes, e demonstrou ser um meio efetivo

para o desenvolvimento de novas políticas e conceitos referentes a todos os ecossistemas. Ampliou a participação envolvendo todos os atores fundamentais, especialmente as comunidades locais e populações indígenas. A participação vem crescendo também no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que entrou em vigor em setembro de 2003, e hoje tem mais de 100 Partes. O Protocolo é uma importante estrutura internacional reguladora para assegurar a transferência, o manuseio e o uso seguros de organismos vivos modificados, resultantes da biotecnologia moderna, tornando possível, desta forma, a maximização dos benefícios da biotecnologia, e, ao mesmo

tempo, a minimização dos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde humana.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, 2002, os Governos comprometeram-se a reduzir significativamente, até 2010, as atuais taxas de perda de biodiversidade. Este compromisso deverá ser acompanhado de ações. De fato, já passamos do tempo em que podíamos nos contentar com o crescimento da conscientização sobre a importância da biodiversidade. Hoje, precisamos de ações reais, concretas, para alcançarmos as metas e indicadores acordados em Joanesburgo.

No décimo aniversário da entrada em vigor da Convenção, felicito todos aqueles envolvidos em sua implementação pelas realizações alcançadas até hoje. Incentivo todos a prestarem ainda mais atenção a esta questão vital, e, desta forma, a contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável e para a saúde e prosperidade de toda a humanidade. ■

## Dez Anos de Caminhada, do Rio a Joanesburgo e mais além

Mensagem de Klaus Toepfer  
Diretor Executivo, PNUMA

Este é um grande momento para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que comemora o décimo aniversário de sua entrada em vigor, em 29 de dezembro de 1993. A Convenção tem ainda outro motivo para comemorar. Esta data coincide com a entrada em vigor, em 11 de setembro de 2003, do “filhote” de quatro anos da CDB, o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – o primeiro tratado internacional a estabelecer e promover o Princípio da Precaução, direcionado ao manejo ambientalmente seguro e à proteção de recursos biológicos do Planeta Terra.

A Convenção foi concebida na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável,

em 1992. Dr. Mostafa Tolba, meu distinto antecessor, desempenhou um papel extraordinário ao ajudar a Convenção, de sua concepção até a Decisão 14/26 do Conselho Diretor do PNUMA, em 1987. A CDB nasceu simultaneamente ao UNFCCC e o CCD, demonstrando o forte compromisso da comunidade internacional para com a proteção ambiental e seu reconhecimento de que a biodiversidade é crucial aos esforços de desenvolvimento sustentável e para alcançar as metas da Agenda 21. Nestes dez anos, a Convenção cresceu ininterruptamente, em força e estatura, desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 1992, até a WSSD realizada em Joanesburgo, 2002. Atualmente, com 187 Estados Membros e uma organização regional de integração econômica como Partes à Convenção, e 110 Partes ao seu Protocolo, a Convenção foi devidamente reconhecida pela WSSD como o instrumento global fundamental para a efetiva conservação e uso sustentável da diversidade biológica do Planeta Terra e para a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos. Quanto à missão global de alcançar, até 2010, a meta de redução significativa da atual taxa de perda de biodiversidade, e, como parte da

estratégia para que a biodiversidade contribua para as Metas de Desenvolvimento do Milênio, inclusive para o alívio da pobreza, o Plano de Implementação da WSSD conclamou a comunidade global a adotar muitas ações em todos os níveis. Estas incluem, entre outras, ações para negociar um regime internacional, junto à estrutura da CDB, para promover e salvaguardar a repartição justa e equitativa de benefícios derivados do uso de recursos genéticos.

A Convenção, em sua curta trajetória aos dias de hoje, tem se mostrado capaz de desempenhar sua missão. É muito gratificante observar o crescente amadurecimento da Convenção ao longo dos anos. Tenho observado, com orgulho paternal, seu constante movimento e transformação desde a geração de políticas, em termos de estruturas completas de políticas, durante as três primeiras COPs nas Bahamas, em Jacarta e em Buenos Aires (COP 1 a COP 3), até a implementação de políticas nas três COPs seguintes, (COP 4 a COP 6), realizadas em Bratislava, Nairobi e Haia, respectivamente. Para tanto, foram estabelecidas fundações sólidas e elaborações detalhadas de cinco programas de trabalho temáticos principais, para tratar ecossistemas vitais e seus recursos biológicos. Estes programas

## ÍNDICE

CAPÍTULO 1.	Mensagens de Felicitações.....	1
CAPÍTULO 2.	1987- 1992: Os Fundamentos da Convenção sobre Diversidade Biológica .....	4
	1992: A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .....	6
CAPÍTULO 3.	1993: Da ICCDB à Entrada em Vigor .....	8
CAPÍTULO 4.	1994: A Primeira Reunião da Conferência das Partes .....	10
CAPÍTULO 5.	1995: Mandato de Jakarta e a primeira reunião do SBSTTA .....	12
CAPÍTULO 6.	1996: Início das Negociações sobre Biossegurança .....	14
CAPÍTULO 7.	1997: Avanços rumo ao Acordo sobre Biossegurança- discussões sobre conhecimento tradicional .....	16
CAPÍTULO 8.	1998: Um Programa para Mudanças .....	18
CAPÍTULO 9.	1999: A CDB na véspera do Milênio – Realização da Biossegurança, início das negociações sobre ABS .....	20
CAPÍTULO 10.	2000: Das Políticas à Implementação, a CDB Alcança seu Pleno Desenvolvimento no Novo Milênio .....	22
CAPÍTULO 11.	2001: A CDB no novo Milênio .....	26
CAPÍTULO 12.	2002: Ação para um Futuro Sustentável – a COP 6, a WSSD e as Metas de Desenvolvimento do Milênio .....	28
CAPÍTULO 13.	2003: Avanços relativos ao Uso Sustentável, Conhecimento Tradicional e Acesso a Repartição de Benefícios .....	32
CAPÍTULO 14.	2004: A Meta de Biodiversidade para 2010 e a Entrada em Vigor do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança .....	36
CRONOGRAMA	CDB - Os Primeiros Anos .....	39



de trabalho abrangem a biodiversidade agrícola, de áreas áridas e semi-úmidas, de florestas, de águas continentais, e marinha, no contexto de uma complexa rede de questões transversais.

Durante a COP 7, em Kuala Lumpur, a Convenção começou a trilhar um caminho mais difícil, que nesta próxima década será de grandes desafios e oportunidades na busca para assegurar a realização dos três objetivos da Convenção, por meio da implementação prática, eficiente e coerente dos programas de trabalho temáticos adotados. A Convenção deverá corresponder à expectativa de incrementar e promover sinergias, interconexões e a colaboração junto a outros MEAs, entre impactos de mudança de clima, globalização, liberalização de economias, pobreza e outras questões emergentes do século 21 pertinentes à biodiversidade, biotecnologia e biossegurança.

É bom observar que desde sua concepção, as Partes e observadores à Convenção procuraram desempenhar seus diferentes papéis, responsabilidades e obrigações com a devida dedicação, fazendo com que a Convenção seja vibrante, visível e pertinente à todos os interessados, inclusive comunidades locais e populações indígenas, mundialmente. A Convenção tem sido exemplar neste aspecto. Entretanto, ainda resta muito a ser feito nesta próxima década. Primeiramente e mais importante, a este respeito, é a questão da disponibilidade de financiamentos adequados para complementar/suplementar aqueles disponíveis por meio do mecanismo institucional financeiro da Convenção – o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). Como enfatizado no Plano de Implementação da WSSD, recursos novos e adicionais serão necessários aos países em desenvolvimento, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDs) e Países com Economias em Transição (CITs), para a implementação efetiva das disposições da Convenção e do Protocolo. Em segundo lugar, há necessidade de agilizar e coordenar programas de capacitação, no nível nacional e sub-regional, para criar um ambiente facilitador e propício para a adoção, transferência e difusão de tecnologias ambientais saudáveis pertinentes, inclusive biotecnologia, que irão contribuir para alcançar os objetivos da Convenção e de seu Protocolo.

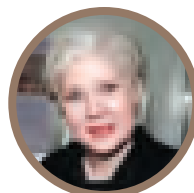
Como diretor da organização que proporciona o Secretariado da Convenção, desejo expressar meu tributo especial a meus antecessores, Sr. Maurice Strong, Dr. Mostafa Tolba e Sra. Elizabeth Dowdeswell, e aos ex-Secretários Executivos da Convenção, Sra. Ângela Cropper e Dr. Calestous Juma e

ao atual Secretário Executivo, Dr. Hamdallah Zedan. Não posso me esquecer do grupo de pessoas importantes que compõem as Agências e Presidências de vários órgãos da Convenção, o Staff do Secretariado, e várias outras pessoas cujos esforços, dedicação e serviços incansáveis facilitaram as deliberações focadas não apenas nas COPs, mas também em reuniões dos órgãos subsidiários. Suas contribuições e atenção meticulosa aos detalhes, em relação ao produto e processo, conduziram a uma gama de resultados excelentes e às principais decisões tomadas pelas COPs da Convenção, e, à primeira reunião das Partes ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

Finalmente, é com grande satisfação que desejo à Convenção e seu Protocolo um futuro promissor, bem como uma década ainda mais produtiva. Desejo também nesta oportunidade, exortar aqueles países que ainda não tenham ratificado a Convenção e/ou o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que o façam o quanto antes, devido à importância e pertinência global demonstrados por estes instrumentos no controle do uso de recursos do meio ambiente para o desenvolvimento. ■

## A Convenção sobre a Vida na Terra

*Mensagem de Elizabeth Dowdeswell, ex-Diretora Executiva, PNUMA 1993 a 1998*



A retórica era poderosa. A Convenção sobre a vida na terra. Um novo contrato entre as pessoas e a natureza. Interesses comuns e confiança mútua, solidariedade e equidade.

Diante da crescente evidência da desintegração da teia ecológica que sustenta a vida, a comunidade internacional mobilizou-se para negociar um tratado legalmente obrigatório para ajudar a reverter a perda de biodiversidade.

Outros fatos históricos irão documentar o papel do PNUMA como 'parteiro' do instrumento legal assinado por 156 países na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Este documento, surpreendentemente, entrou em vigor apenas 18 meses mais tarde. Estes

fatos contarão as histórias por detrás de marcantes decisões tomadas ao redor do mundo, de Nairobi e Genebra às Bahamas, Indonésia e Argentina. Alguns se lembrarão do trabalho perspicaz de painéis científicos, da persistência de organizações não-governamentais, da liderança apaixonada de alguns países e indivíduos. Houve até mesmo uma situação inédita na ONU – a descoberta da tecnologia da tradução remota.

Tivemos momentos difíceis também. Considerações de procedimentos e políticas pareciam dominar os primeiros anos – as negociações de regras de procedimento, a opção da sede permanente para o Secretariado e o recrutamento de Secretários Executivos. Considerou-se a existência de uma crise de identidade, exacerbada por uma miríade de estruturas e instituições sobrepostas. Na melhor das hipóteses, os resultados poderiam ser duplicações potenciais de energia e esforços; na pior, seriam objetivos competidores. Ainda sim, o compartilhar de responsabilidades estava se tornando uma norma. Foram feitas comparações com sua irmã, a Convenção sobre Mudança de Clima, e mencionou-se a falta de pré-negociações das avaliações científicas, as metas e cronogramas não estavam claramente definidos e havia ainda o questionamento sobre o compromisso e interesse em países desenvolvidos.

Havia uma preocupação quanto à paralisção da implementação. Entre a transição da fase de negociações até a construção de uma base técnica para ação, permaneciam algumas questões difíceis. O que significa sustentável? Como expressar o conhecimento tradicional? Como conduzir a valorização da biodiversidade? Como garantir o acesso a recursos genéticos e a repartição de benefícios? Qual é a condição da biodiversidade de áreas secas? De que maneira um instrumento legal estático poderá expressar a complexidade e o ritmo dinâmico da biotecnologia? Como uma parceria global poderá proporcionar, verdadeiramente, a visão de que a riqueza biótica é propriedade soberana das nações? Como implementar, realmente, o princípio da precaução?

Mas não entendam mal – este tratado foi e continua sendo importante. Não foi o primeiro acordo internacional para a con-

servação da biodiversidade, mas tem uma abrangência e profundidade de compreensão que o destacam. Este tratado colocou a conservação da biodiversidade no contexto do desenvolvimento sustentável, reconhecendo simultaneamente o manejo eficaz da biodiversidade global e de objetivos de desenvolvimento.

Por ocasião de seu 10º aniversário, talvez seja ainda um pouco cedo para avaliar o impacto da Convenção. Se os grandiosos objetivos se tornarem ações, as lições do passado terão valido. É igualmente importante manter os olhos no futuro. As evidências apontam para instabilidades e surpresas. O que sabemos verdadeiramente é que mudar o sistema de apoio à vida no planeta Terra é um jogo perigoso.

Porém, o termo biodiversidade não é suficientemente bem compreendido além de exemplos de espécies ameaçadas e exóticas, ou safáris e férias em florestas tropicais. É incompleto o reconhecimento que temos de que somos totalmente dependentes de interações críticas entre genes, espécies e habitats. Esta é uma ameaça real à implementação da Convenção – não há evidência de apoio público e senso de urgência que exigiriam atenção política conjunta.

Compromissos renovados e enérgicos aos objetivos da Convenção seria uma resposta adequada aos esforços bem sucedidos de muitos, nos últimos dez anos. Esta Convenção tem um legado duradouro. Continua a nos lembrar que está em nossas mãos vivermos melhor nesta Terra. ■

## Mensagem de Mostafa Tolba

*Ex-Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) 1975 a 1992*

Os genes, espécies e ecossistemas da Terra são o produto de centenas de milhões de anos de evolução e possibilitaram que nossa espécie prosperasse. As atividades humanas



estão destruindo esta diversidade biológica em um ritmo que deverá, muito provavelmente, acelerar ao invés de estabilizar.

Como outros recursos naturais, a distribuição global de espécies vivas não é uniforme.

Geralmente, a abundância cresce na medida em que nos afastamos dos pólos em direção ao equador. Encontrou-se a mesma quantidade de espécies de árvores em uma área de 15 hectares, na floresta tropical de Borneo, quanto na América do Norte inteira. Entretanto, as florestas tropicais – abrigo de praticamente metade da biodiversidade do planeta – estão sendo destruídas em quase 17 milhões de hectares por ano.

As florestas tropicais não são os únicos ecossistemas ricos. As zonas úmidas, as regiões de clima Mediterrâneo do sul da África, recifes de corais e zonas de florestas temperadas também são ricas em biodiversidade e estão sob grande estresse ecológico. Oitenta por cento das 23.000 espécies de vegetais encontradas na África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Namíbia e Botsuana, são únicas na região, o que proporciona a esta área a maior riqueza de espécies no mundo, praticamente duas vezes mais do que a riqueza encontrada no Brasil.

Zonas úmidas proporcionam habitats e áreas de procriação essenciais para muitas espécies de vegetais e animais e ajudam a regular o fluxo das águas. No entanto, mais da metade das áreas úmidas marinhas e continentais dos Estados Unidos foram destruídas, e muitas partes da Europa perderam praticamente todas as suas áreas úmidas naturais. Em países tropicais diversos como o Chad, Bangladesh, Índia e Vietnã, de 80 a 90% das zonas úmidas foram destruídas.

Por 3 bilhões de anos, a vida na Terra caracterizou-se por uma diversidade cada vez mais crescente. A extinção sempre fez parte deste cenário. Mais de 99% de todas as espécies que já viveram estão extintas atualmente. Estas extinções ocorreram, quase sempre, no contexto da ampliação geral do estoque de recursos genéticos. Uma espécie se torna extinta quando espécies competidoras mais bem adaptadas crescem e ocupam seu lugar.

Atualmente, enfrentamos uma onda de extinções jamais vista em 60 milhões de anos. De acordo com o relatório da Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos "A taxa de extinção nas próximas décadas irá crescer, provavelmente, no mínimo mil vezes mais do que a taxa natural de extinção".

A Convenção sobre Diversidade Biológica, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa

dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos. Ao implementar esta Convenção, espero que sejamos capazes de salvar o que for possível da diversidade biológica, enquanto pudermos. ■

## Mensagem de Len Good

*CEO e Presidente do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF)*

A biodiversidade e as pessoas são centrais para o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Ao comemoramos o 10º aniversário da entrada em vigor da Convenção sobre Diversidade Biológica, o GEF mantém seu compromisso de fortalecer seu apoio à CDB, de forma a proteger o meio ambiente global e criar formas de subsistências e oportunidades para a população pobre do mundo. A conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Terra permanecem como prioridade máxima para o GEF.

Lembro-me da alegria na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, quando da assinatura da CDB. Naquela época, eu era Vice-Ministro do Meio Ambiente do Canadá e fiquei muito orgulhoso porque o Primeiro-Ministro do Canadá foi o primeiro signatário. Hoje, sinto-me igualmente orgulhoso por liderar o GEF – uma organização que desempenha um papel importante ao ajudar a alcançar os objetivos fundamentais da CDB, desde o início.

Como o mecanismo financeiro para a CDB, o GEF comprometeu \$1.8 bilhões de dólares em doações diretas e levantou \$ 4 bilhões de dólares em co-financiamentos, para mais de 650 projetos de biodiversidade em todo o mundo. Ao fazer meu discurso para a COP 7, enfatizei que o GEF tem a intenção de capitalizar aquele investimento nos próximos anos. Na medida em que a CDB inicia sua segunda década, buscamos ampliar nossos esforços para implementar este importante acordo internacional e promover soluções mais efetivas, completas e holísticas para problemas críticos da biodiversidade.







1987 A 1992

### Da Concepção à Abertura para Assinaturas

*O Grupo de Trabalho Ad Hoc de Especialistas sobre Diversidade Biológica, o Comitê Intergovernamental de Negociação*

A Convenção sobre Diversidade Biológica expressa as recomendações científicas e de políticas de vários grupos, inclusive o movimento de parques e áreas protegidas, o movimento da conversão de dívidas para a ação ambiental, o movimento para o uso sustentável, o movimento para o direito dos agricultores e o movimento para a bio-prospecção. Muitas das idéias destes movimentos foram demonstradas no trabalho nos anos 80, do Centro de Direito Ambiental da IUCN. A ênfase em sustentabilidade e valor econômico da biodiversidade causou um impacto sobre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e, em 1987 o Conselho Diretor solicitou a convocação de uma série de reuniões de grupos de especialistas. As primeiras sessões, iniciadas

em novembro de 1988, foram denominadas de reuniões do Grupo de Trabalho Ad Hoc de Especialistas sobre Diversidade Biológica.

O Conselho Diretor do PNUMA estabeleceu, em 1999, o Grupo de Trabalho Ad Hoc de Especialistas Legais e Técnicos para elaborar um novo instrumento jurídico internacional para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica. O ex-Diretor Executivo do PNUMA, Mostafa Tolba, elaborou o primeiro projeto formal da Convenção sobre Diversidade Biológica, que foi considerado por um Comitê Intergovernamental de Negociação (INC), em 1991. O INC reuniu-se outras quatro vezes, entre fevereiro de 1991 e maio de 1992, o que culminou na adoção do texto final da Convenção em Nairobi, em 22 de maio de 1992. ■

### A IUCN e a CBD

*Jeffrey A. McNeely, Cientista-Chefe, IUCN*



A IUCN começou a pensar em uma convenção sobre biodiversidade em 1982, no Congresso Mundial sobre Áreas Protegidas, realizado em Bali, Indonésia. Naquela época, o termo “biodiversidade” ainda não fazia parte do vocabulário público. Então, nosso advogado, Cyril de Klemm, solicitou uma convenção sobre a conservação de recursos genéticos. Para ele, este seria o meio para assegurar o acesso livre e aberto a recursos genéticos, e, ao mesmo tempo, cobrar pelo comércio internacional de tais recursos, cuja renda seria revertida para um fundo internacional que apoiaria ações de conservação em países em desenvolvimento. O Centro de Direito Ambiental da IUCN, continuou a desenvolver artigos possíveis para inclusão em tal convenção, e quando Mostafa Tolba, Diretor Executivo do PNUMA, convocou nosso pequeno grupo para uma reunião em 1988, estávamos prontos e com algumas idéias razoavelmente bem detalhadas. Quando as negociações começaram para valer, algumas de nossas idéias, como o Fundo Mundial, foram suplantadas por outras considerações, mas os fundamentos da conservação, do uso sustentável e da repartição equitativa de benefícios sobreviveram e prosperaram. Continuamos participando ativamente das reuniões da Conferência das Partes, do SBSTTA, e contribuimos mais de 30 sessões do Fórum Global sobre Biodiversidade, em apoio à Convenção. Para nós, a CDB permanece como uma das convenções internacionais mais completas, que apóia os princípios fundamentais da conservação, os quais a IUCN defende. Esperamos continuar com nossa colaboração produtiva, com o Secretariado e junto às Partes, enquanto conduzimos a CBD para um futuro ainda mais produtivo. ■

**PARA NÓS A CBD PERMANECE COMO UMA DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS MAIS COMPLETAS, QUE APÓIA OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSERVAÇÃO, OS QUAIS A IUCN DEFENDE.” —JEFFREY A. MCNEELY**

### O Comitê Intergovernamental de Negociação (INC)

*Vicente Sanchez  
Ex-Presidente do INC*



Presidir o INC foi uma experiência única: interessante, complexa e, por vezes, tensa. Muitos interesses diferentes estavam em jogo por detrás dos negociadores, e muitos deles não tinham, inicialmente, uma boa compreensão disto. Diplomatas, advogados e políticos tinham informações sobre ciências sociais, mas compreendiam bem pouco das questões características dos sistemas bióticos.

Poucos acreditavam que o INC poderia produzir um texto aceitável, importante para a “conservação e uso sustentável” dos diversos componentes bióticos da natureza. Meu próprio otimismo balançou em alguns momentos.

Mas, produzimos uma convenção que equilibra delicadamente a conservação de recursos genéticos, o desenvolvimento tecnológico, o acesso controlado a recursos genéticos e a equidade internacional. Acordou-se que os Estados têm direito soberano de explorar seus recursos biológicos, mas também a responsabilidade de conserva-los e usa-los de maneira sustentável.

Muitas questões permanecem não resolvidas no INC, mas houve progressos com o passar do tempo. Acredito que o mundo está melhor com a Convenção do que sem ela, entretanto, o trabalho criativo precisa continuar. ■

**“ACREDITO QUE O MUNDO ESTÁ MELHOR COM A CONVENÇÃO DO QUE SEM ELA, ENTRETANTO, O TRABALHO CRIATIVO PRECISA CONTINUAR...” —VICENTE SANCHEZ**



### Agenda 21, a Declaração do Rio e a CBD

*Acordos e compromissos na Cúpula Mundial*

A meta da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) “a Cúpula da Terra”, era alcançar uma compreensão de “desenvolvimento” que deveria ocorrer sem contribuir à contínua deterioração do meio ambiente, e, lançar os fundamentos de uma parceria global, embasada em necessidades mútuas e interesses comuns de países em desenvolvimento e daqueles mais industrializados. Visando assegurar um futuro saudável para o planeta, os governos adotaram acordos voltados para mudanças nas abordagens tradicionais de desenvolvimento:

- *Agenda 21 – um programa completo para a ação global em todas as áreas do desenvolvimento sustentável;*
- *a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – uma série de princípios que definem os direitos e responsabilidades dos Estados;*
- *a Declaração dos Princípios Florestais – uma série de princípios para embasar o manejo sustentável de florestas, mundialmente.*

Como prova de seus compromissos aos acordos, os governos assinaram duas Convenções legalmente obrigatórias, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica, e concordaram em negociar uma terceira, a Convenção de Combate à Desertificação.

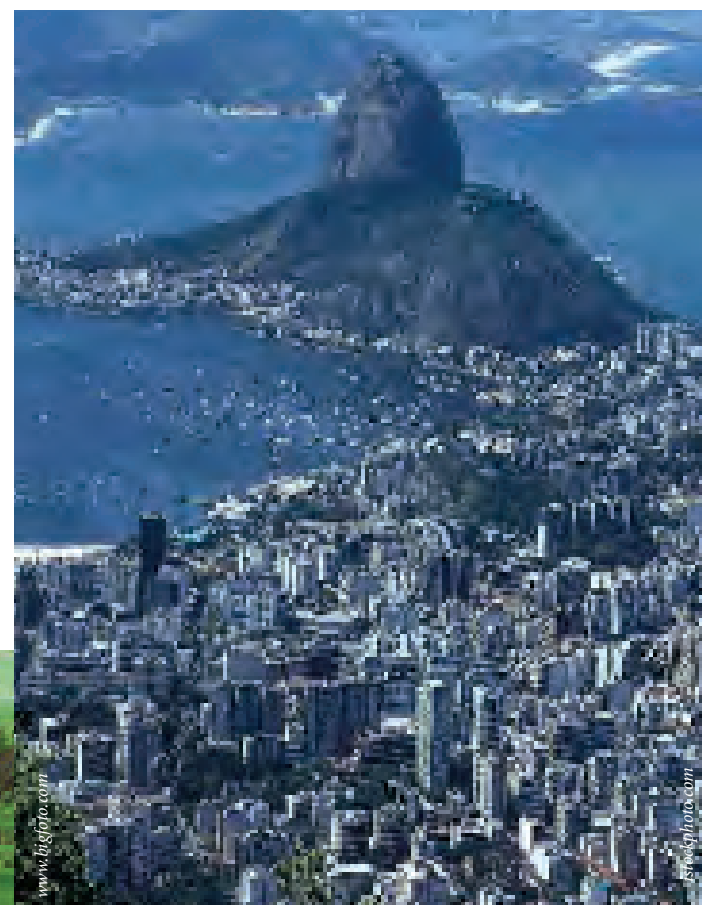
Os governos que assinaram a Convenção sobre Diversidade Biológica, no Rio, iniciaram as ações que iriam colocar os interesses da biodiversidade no centro de esforços globais, regionais e nacionais para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. ❏



### A CBD Aberta para Assinatura na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED)

*3 a 14 de junho de 1992, Rio de Janeiro, Brasil*

A Convenção sobre Diversidade Biológica foi aberta para assinatura na Cúpula Mundial no Rio de Janeiro. ❏



Rio De Janeiro

### Os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica

#### Artigo 1 da CBD

“Os objetivos desta convenção, a serem perseguidos em conformidade com suas disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa de benefícios derivados do uso de recursos genéticos, inclusive por meio do acesso apropriado a recursos genéticos e transferência apropriada de tecnologias pertinentes, levando em consideração todos os direitos sobre aqueles recursos e tecnologias e por meio de financiamentos apropriados.” ❏

### Breves Considerações sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

*Rio de Janeiro, 1992*  
*Professor Celso Lafer*



A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, realizada no Rio de Janeiro, de 03 a 04 de junho de 1992), desencadeou uma série de grandes Conferências internacionais sobre questões globais, sob a égide da ONU, durante o período pós-guerra fria. No Brasil, foi o maior evento internacional jamais realizado no país: 187 países participantes, 16 agências especializadas, 35 organizações intergovernamentais e um número bastante expressivo de organizações não-governamentais. No total, 102 Chefes de Estado e de Governos, ou seus representantes oficiais, participaram da sessão de Cúpula da Conferência.

Para o Brasil, a UNCED foi a oportunidade que o país precisava para sair de uma posição diplomática, essencialmente defensiva quanto a questões ambientais, centrada na afirmação e primazia da soberania nacional, para uma abordagem pró-ativa que, afinal, desencadeou o desenvolvimento de uma legislação internacional de cooperação. O Brasil estava, desde o início, preocupado em reconciliar a proteção do meio ambiente ao desenvolvimento sócio-econômico, representado pelo paradigma “desenvolvimento sustentável”. Este paradigma une interesses legítimos à proteção ambiental e interesses igualmente legítimos ao desenvolvimento econômico e alívio da pobreza. Enfatiza que a sustentabilidade do desenvolvimento, além de suas necessidades micro e macro econômicas, implica também na viabilidade do meio ambiente natural e de sociedades humanas. Portanto, sua adoção confirma a “solidariedade” como um valor base, substituindo o debate tendencioso entre Norte-Sul por uma oportunidade concreta para a cooperação. Além disso, consagra também o valor de “justiça”, enfatizando a distribuição mundialmente equilibrada de custos e benefícios do desenvolvimento. A posição adotada pelo Brasil, antes e durante a Conferência, contribuiu para o “momento Kantiano” vivenciado na UNCED, o reconhecimento

de que a relação entre desenvolvimento e meio ambiente é, sem dúvida, uma questão global acima de soberanias nacionais e além da realidade de interesses domésticos. Em outras palavras, a conexão entre desenvolvimento e meio ambiente foi percebida como de interesse para a Humanidade, e não apenas para os Estados.

Como vice-presidente ex-officio da Conferência, focalizei a construção de consenso e acompanhei atentamente as negociações e a assinatura de cinco instrumentos internacionais, considerados como resultados da UNCED: instrumentos soft-law como a Agenda 21, os Princípios Florestais e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; e instrumentos hard-law, inclusive as duas convenções assinadas no Rio sobre mudança de clima e diversidade biológica.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) expressa, dentro do equilíbrio de poder existente na época, um exercício diplomático bem sucedido de adaptação criativa, embora as soluções acordadas nem sempre estivessem à altura da magnitude dos problemas enfrentados. Além disso, a falta de conhecimento adequado para garantir a conservação e o uso sustentável de recursos da biodiversidade, dificulta a implementação imediata das disposições e mecanismos da Convenção. Finalmente, pode-se acrescentar que após a UNCED as forças centripetas da globalização (como as tendências de mercado, valores sociais e redes de comunicação), e as forças centrífugas da fragmentação (de identidades nacionais e culturais, da erosão e afirmação de soberanias) atuantes no mundo pós-guerra fria, tornaram ainda mais difícil a consolidação da “visão” contida no “Espírito do Rio”, em favor de uma nova ‘base de lançamento’ para a coexistência internacional.

A CBD representa, apesar deste cenário adverso, um passo importante para o tratamento das questões ambientais e globais, consolidado durante esta década de sua existência por meio de inúmeras decisões adotadas pela Conferência das Partes, transpondo, efetivamente, as limitações originais impostas à sua implementação e comprovando sua vitalidade e pertinência. ❏



Dahlquist/UNEP/Alpha Presse

## As duas primeiras reuniões do Comitê Intergovernamental sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica (ICCBD)

Genebra, outubro de 1993, e, Nairobi, junho de 1994



1993

O Conselho Diretor do PNUMA estabeleceu, em maio de 1993, o Comitê Intergovernamental sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica (ICCBD), em preparação para a primeira reunião da Conferência das Partes e para assegurar a operação efetiva da Convenção, após sua entrada em vigor. Apesar dos desafios de questões de procedimentos, houve grande progresso no curto período de tempo entre a ratificação e a entrada em vigor. O ICCBD, em apenas duas reuniões, conseguiu tratar as questões fundamentais necessárias para a preparação da primeira reunião da Conferência das Partes.

A primeira sessão do ICCBD reuniu-se em Genebra, de 11 a 15 de outubro de 1993, e estabeleceu dois grupos de trabalho. O Grupo de Trabalho I lidou com a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, trabalhos científicos e técnicos entre reuniões

e a questão de biossegurança. O Grupo de Trabalho II tratou de questões relacionadas a mecanismos financeiros, o processo para avaliar as necessidades de financiamentos, o significado de custos incrementais totais, as regras de procedimento para a COP, e a cooperação e capacitação técnica.

A segunda sessão do ICCBD, reuniu-se em Nairobi de 20 de junho a 1º de julho de 1994. Durante a sessão, que durou duas semanas, os delegados trataram várias questões em preparação para a primeira reunião da Conferência das Partes. Estas incluíram: assuntos institucionais legais e de procedimentos, assuntos científicos e técnicos e assuntos relacionados ao mecanismo financeiro. Houve progresso quanto a questões, inclusive: regras de procedimento, o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico (SBSTTA); e o Mecanismo de Intermediação de Informação (CHM). ❏

## O Comitê Intergovernamental sobre Diversidade Biológica

Embaixador Vicente Sanchez



Após presidir o INC, a proposta para dirigir o ICCBD veio como uma surpresa. Interessante, entretanto, pois me permitiria ter alguma influência sobre o trabalho necessário após a assinatura da Convenção, no Rio, pela maioria dos membros da ONU.

Por mais que pareça estranho, houve oposição para que eu assumisse o papel de presidente, de forma que a primeira reunião em Genebra passou um dia inteiro em negociações, tentando convencer-me a rejeitar a oferta para presidir o ICCBD. Finalmente, fui eleito e presidi o ICCBD até encaminhar a Convenção, bem como algum trabalho adicional realizado, à COP nas Bahamas.

Foi realizado um trabalho interessante e útil, basicamente por meio de grupos técnicos de trabalho estabelecidos e que produziram estudos bem interessantes, ricos em sugestões e propostas. Apesar desse trabalho não ter resolvido, infelizmente, importantes questões difíceis ele contribuiu de forma útil para o trabalho futuro da COP. ❏

**“... GRUPOS DE TRABALHO ...PRODUZIRAM ESTUDOS BEM INTERESSANTES, RICOS EM SUGESTÕES E PROPOSTAS” —EMBAIXADOR VICENTE SANCHEZ**

## Ângela Cropper

Primeira Secretária-Executiva à Convenção sobre Diversidade Biológica



Sinto-me honrada por ter sido convidada a contribuir minhas reflexões pessoais sobre os primeiros anos de operação da Convenção.

Não estava envolvida nos processos de negociação para a Convenção, mas acompanhei seu desenvolvimento e compartilhei a alegria de sua assinatura na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como parte da delegação da IUCN – The World Conservation Union, que estava estreitamente envolvida com o seu início e desenvolvimento. Aproximadamente um ano mais tarde, a Diretora Executiva do PNUMA, que na época estava recrutando o primeiro Secretário Executivo, quis saber minhas perspectivas sobre a Convenção. Perguntei, desafiadoramente, se ela queria uma perspectiva de cinco anos ou de cinquenta anos!

Estava claro, desde os primeiros estágios, que precisávamos ter uma visão no longo prazo das oportunidades da Convenção para afetar o fenômeno da perda de biodiversidade e para in-

fluenciar a natureza e o curso do desenvolvimento, de forma que a biodiversidade pudesse ser conservada, que os recursos biológicos pudessem ser usados sustentavelmente e que os benefícios de seu uso fossem equitativamente repartidos. Não era apenas a complexidade da questão, na teoria e na prática, que necessitava de uma longa visão, mas também as políticas ambientais e de desenvolvimento, do Norte e do Sul, que limitavam a Convenção.

Inicialmente com alguns poucos colegas, tive que construir os alicerces para a operação da Convenção e para perseguir um programa de trabalho sobre as muitas questões nela incluídas. Refletindo sobre aqueles primeiros momentos, à luz do progresso alcançado nos primeiros dez anos, me vêm a mente dois eventos iniciais.

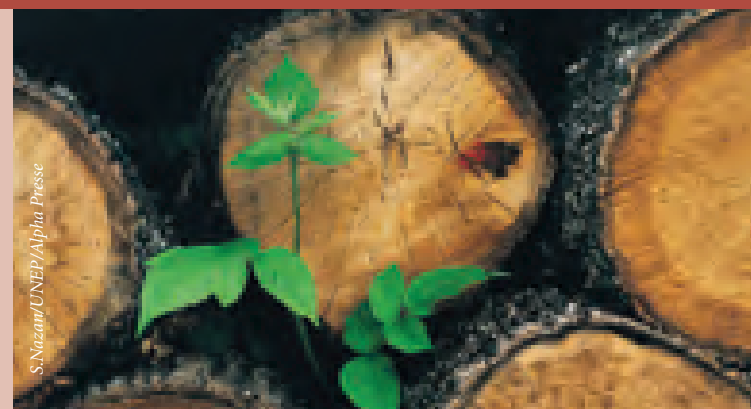
O primeiro foi um encontro científico que visava lançar o SBSTTA. Bem, a reunião ficou refém de uma pequena falta de cuidados políticos por parte da iniciativa para realizar uma Avaliação Global de Biodiversidade, que havia sido realizada independentemente pelos principais cientistas mundiais em biodiversidade, cujo produto estava sendo lançado praticamente naquele mesmo momento. Com a oposição de alguns poucos, porém furiosos delegados, porque os idealizadores daquela obra não haviam obtido

a permissão das Partes, a ciência e os cientistas foram desqualificados. É gratificante ter observado o progresso que o SBSTTA alcançou nestes 10 anos a respeito de seu papel e funções e o fato de que as questões científicas/técnicas agora são destaque e estão em equilíbrio com as questões nacionais/políticas. Ironicamente, as Partes à Convenção se tomariam parte do “ambiente autorizador” e o principal eleitorado da Avaliação Ecosistêmica do Milênio, sendo realizada atualmente.

O segundo foi a primeira reunião de um Grupo de Trabalho para iniciar trabalhos referentes ao Protocolo sobre Biossegurança. Na primeira fase, eram bem grandes as divergências entre as Partes quanto ao assunto. Não apenas sobre o que o Protocolo deveria conter, mas inclusive sobre a real necessidade de haver um Protocolo! Não tínhamos a perspectiva de um rápido progresso. Portanto, ter realizado a conclusão de um Protocolo sobre Biossegurança no período de dez anos, demonstra que o tratado proporciona uma estrutura na qual Partes opostas poderão envolver-se construtivamente, até mesmo quanto a questões decisivas mais profundas. Mais do que isso, nos ajuda a manter viva a chama da esperança para o futuro do processo global multilateral.

Penso que estou preparada para reduzir o prazo da minha perspectiva quanto às possibilidades da Convenção. ❏

**“É GRATIFICANTE TER OBSERVADO O PROGRESSO QUE O SBSTTA ALCANÇOU NESTES 10 ANOS A RESPEITO DE SEU PAPEL E FUNÇÕES E O FATO DE QUE AS QUESTÕES CIENTÍFICAS/TÉCNICAS AGORA SÃO DESTAQUE E ESTÃO EM EQUILÍBRIO COM AS QUESTÕES NACIONAIS/POLÍTICAS.” —ÂNGELA CROPPER**



S.Nizcan/UNEP/Alpha Presse

## Entrada em Vigor da Convenção sobre Diversidade Biológica

29 de dezembro de 1993

A Convenção sobre Diversidade Biológica entrou em vigor no nonagésimo dia após a data de depósito do trigésimo instrumento de ratificação, que foi a ratificação da Convenção pela Mongólia, em 30 de setembro de 1993. ❏





Sopranich/UNEP/Alpha Presse

## Primeira reunião da Conferência das Partes

28 de novembro a 9 de dezembro de 1994, Nassau, Bahamas  
Presidente: Sua Excelência, Dame Ivy Dumont

A primeira reunião da Conferência das Partes (COP 1) adotou decisões sobre: o programa de trabalho no médio prazo; a designação do Secretariado permanente; o estabelecimento do Mecanismo de Intermediação de Infor-

mação (CHM) e do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico (SBSTTA); e a designação do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) como mecanismo financeiro provisório. ❏

### Reflexões sobre a COP 1

Sua Excelência,  
Dame Ivy Dumont

Foi a primeira vez que presidi, verdadeiramente, uma reunião internacional.

As preparações que culminaram com a primeira reunião da Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica (COP 1), abriram para mim uma “janela para o mundo”, tanto nacional quanto internacionalmente, o que mudaria para sempre a minha percepção de supervisão/administração, recursos humanos e relações interpessoais, questões ambientais e personalidades, e técnicas de nego-



ciação, entre outras questões de liderança.

A possibilidade de realizar a COP 1 nas Bahamas surgiu logo após ter me tornado Ministro da Saúde e Meio Ambiente, em agosto de 1992. Todas as agências do governo foram mobilizadas para assegurar a coordenação mais efetiva possível.

A sessão de abertura proporcionou surpresa e satisfação aos trabalhadores e participantes da Conferência, pois o Primeiro Ministro das Bahamas, em seu pronunciamento, anunciou o estabelecimento da Comissão para a Ciência e Tecnologia do Meio Ambiente das Bahamas (BEST). Os entusiastas locais e as lideranças do PNUMA, os arquitetos da COP 1, ficaram muito felizes.

Como Presidente, meus dias eram longos

e repletos de emoções. Lembro-me de quase dois dias de intensas resoluções de controvérsias entre membros que, no final, concluíram que não estavam, desde o início, discordando quanto à substância. Tais experiências, apesar de irritantes, foram não apenas educativas em seu conteúdo, mas também enobrecedoras quanto a seus resultados.

Talvez os efeitos mais importantes da realização da COP 1 nas Bahamas tenham sido seu impacto sobre o programa educacional em ciência, em nossas escolas; a exigência de que estudos de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) fossem realizados antes que o governo aprovasse qualquer grande projeto de construção; e a disponibilidade de financiamentos significativos ao BEST, pelo GEF. ❏



UNEP/Alpha Presse



IISD/ENB

“LEMBRO-ME DE QUASE DOIS DIAS DE INTENSAS RESOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS ENTRE MEMBROS QUE, NO FINAL, CONCLUÍRAM QUE NÃO ESTAVAM, DESDE O INÍCIO, DISCORDANDO QUANTO À SUBSTÂNCIA.” —SUA EXCELÊNCIA, DAME IVY DUMONT

“... DESENVOLVEU-SE UM FORTE RELACIONAMENTO COOPERATIVO ENTRE A CONVENÇÃO E SEUS ‘MECANISMOS FINANCEIROS’.” —MOHAMED T. EL-ASHRY

### A CDB e o GEF

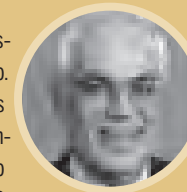
Mohamed T. El-Ashry,  
Ex CEO e Presidente, GEF

A CDB e o GEF necessitam um do outro. O GEF e seus recursos de doações são essenciais à implementação bem sucedida da CDB

e para alcançar seus objetivos. A CDB e outras convenções globais ambientais, por outro lado, proporcionam a justificativa para significativos fluxos financeiros ao GEF.

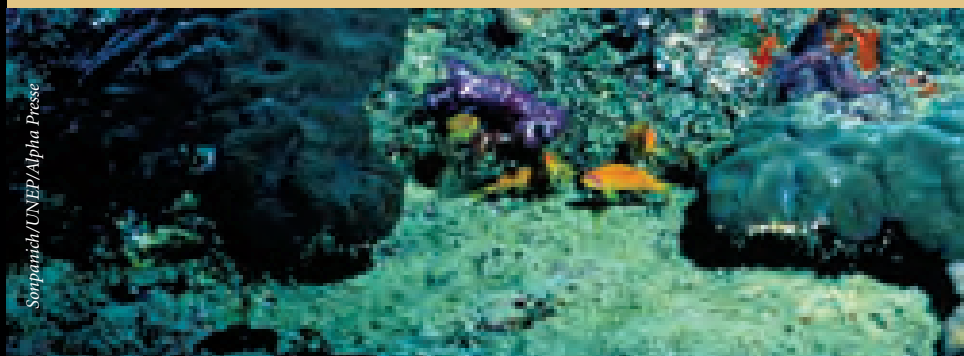
O GEF tem sido essencial na ajuda a países na implementação das disposições da CDB. Em seus primeiros doze anos comprometeu \$1.7 bilhões de dólares de seus enormes recursos e levantou outros \$3.4 bilhões de dólares em co-financiamentos, para mais de 600 projetos sobre Biodiversidade. Desenvolveu-se um forte relacionamento cooperativo, entre a Convenção e seus “mecanismos financeiros”. Esta relação, entretanto, não foi sempre tão forte assim.

Enquanto a CDB aceitava o GEF como a entidade operadora de seu mecanismo financeiro (de forma provisória), e o GEF aceitava a prerrogativa da COP em determinar a política, as prioridades de programa e os critérios de elegibilidade, a relação institucional entre os dois não foi começado de forma suave. Houve debates intensos especialmente sobre a natureza “provisória” do acordo, sobre a definição de como o GEF operaria “sob a autoridade da COP”, sobre os conceitos de “custos incrementais” do GEF e a duração de seu ciclo de projeto.



Em uma reunião realizada em Frankfurt, Alemanha, em julho de 1996, com representantes da COP, com o Conselho do GEF e com os dois Secretariados, discutiu-se estas e outras questões, o que mostrou ser essencial para aprimorar as relações. Desde então, com a ajuda de pessoas criteriosas, as duas Instituições já trilham um longo caminho. Juntas aprenderam e realizaram muito para alcançar os objetivos da Convenção.

Com um olhar no futuro, a CDB e o GEF precisam utilizar as realizações dos primeiros doze anos e focar suas energias e recursos sobre as causas fundamentais da perda de biodiversidade, especialmente a pobreza, a pouca capacidade nacional, e políticas perversas. O GEF deve permanecer como um catalisador na formação de parcerias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade no longo prazo. Precisa implementar amplamente sua “Iniciativa para Capacitação” (CDI), aprovada pelo Conselho, em 2002. No nível institucional, os Secretariados do GEF e da CDB, deverão cooperar de forma mais agressiva para mobilizar recursos financeiros adicionais para os fins da Convenção. Deve-se estabelecer também um diálogo habitual sobre a orientação da COP ao GEF. Novas orientações devem evitar acréscimos à longa lista existente, aumentando, desta forma, as prioridades e dificultando o esforço para focalizar recursos que maximizem os impactos junto ao público em geral. Ao trabalhar estreitamente com o Secretariado da CDB, o GEF deverá proporcionar lições operacionais e conhecimentos derivados de experiências de implementação, o que, por outro lado, ajudaria a refinar as orientações passadas ou a produzir novas orientações. ❏



Sopranich/UNEP/Alpha Presse

## O Segundo Secretário Executivo da CDB

Calestous Juma



Calestous Juma foi o Secretário Executivo à CDB de 1995 a 1998. Durante seu mandato ele iniciou o estabelecimento de um Secretariado permanente, supervisionou os primeiros anos da Convenção e o primeiro conjunto de relatórios nacionais sobre a implementação da Convenção, e orientou o estabelecimento do Mecanismo de Intermediação de Informação. ❏

**“PRECISAMOS FAZER TUDO QUE PUDERMOS PARA EVITAR QUE A ABERTURA DE JAKARTA SE FECHÉ” —SALVATORE ARICO**

## O Mandato de Jakarta

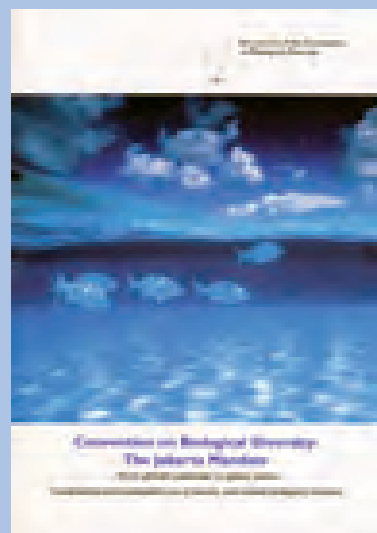
Salvatore Arico, UNESCO

Ecossistemas, espécies e genes marinhos são as formas mais diversificadas de expressão de vida, com o maior número de filo (a segunda maior classificação taxonômica após reino) quando comparado a sistemas terrestres e de águas continentais. Ainda sim, este tipo de diversidade é bem pouco visível aos nossos olhos, e parte dela está praticamente fora do nosso alcance. Isto determina a percepção misteriosa e fascinante que as pessoas têm sobre este tipo de biodiversidade, e, ao mesmo tempo, dificulta ações apropriadas para a sua conservação e uso sustentável: Por que preo-

cupar com algo que não vemos?

Quando, em 1995, o Segmento Ministerial da Segunda Reunião da Conferência das Partes à Convenção, adotou “o Mandato de Jakarta sobre Diversidade Biológica, Marinha e Costeira”, abriu-se uma porta – uma lente de aumento por meio da qual a biodiversidade marinha poderia, finalmente, ser vista pela sociedade em geral. Este foi sem dúvida, um momento maravilhoso para todos aqueles cuja vida está, de uma forma ou outra, ligada ao reino marinho.

Hoje, começamos a compreender o mar, a forma como está estruturado e como funciona, e ainda sim, não capitalizamos o suficiente sobre nosso conhecimento a respeito das interligações entre ações humanas – tais como pesca, efluentes em rios, desenvolvimentos de infra-estruturas costeiras – e a diversidade que assegura o funcionamento apropriado de sistemas marinhos. Precisamos fazer o que pudermos para evitar que a abertura de Jakarta se feche sobre nós. Ao contrário, devemos manter esta oportunidade única, por meio da qual, se olharmos atentamente através da bruma que encobre parcialmente a paisagem marítima, poderemos ver uma interação muito mais realista e sustentável entre o homem e o mar, e a vida nele contida, que poderá ser alcançada nos próximos anos. Digamos: entre o agora e 2010? ❏



## Uma Convocação à Ação – a segunda reunião da Conferência das Partes

6 a 17 de novembro de 1995, Jakarta, Indonésia  
Presidente: Dr. Sarwono Kusumaatmadja

Importantes resultados da segunda reunião da COP incluem: a designação de Montreal, Canadá, como a sede permanente do Secretariado; estabelecimento do Grupo de Trabalho Aberto Ad Hoc sobre Biossegurança; adoção de um programa global de trabalho para a Convenção; e a consideração da biodiversidade marinha e costeira. ❏



UNEP/Organ Furrubjelke

## A primeira reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico

4 a 8 de setembro de 1995, Paris, França  
Presidente: Dr. Jameson Seyani

SBSTTA 1, produziu recomendações sobre: o modus operandi do SBSTTA; componentes da biodiversidade sob ameaça; acesso e transferência de tecnologia; informações científicas e técnicas a serem contidas em relatórios nacionais; contribuições para as reuniões da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre recursos fitogenéticos para agricultura e alimentação; e biodiversidade marinha e costeira.

O SBSTTA 1 solicitou flexibilidade para criar: dois grupos de trabalho abertos que deverão se reunir simultaneamente durante reuniões futuras do SBSTTA; painéis ad hoc de especialistas técnicos, conforme necessário; e uma lista de especialistas. ❏



Digital Vision



## Primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Biossegurança

22 a 26 de julho de 1996, Aarhus, Dinamarca  
Presidente: Dr. Veit Koester

Esta primeira reunião formal para desenvolver um protocolo sobre biossegurança sob a Convenção, tornou-se um fórum para a definição de questões e articulação de posições e para enfatizar a realidade de que a Convenção é um acordo que combina as áreas de comércio e meio ambiente. A participação de ONGs na reunião revelou a transparência do processo da CDB e o desejo de permanecer aberta a várias perspectivas. ❏

### Um Resultado Final Bem Sucedido

*Veit Koester, Professor Externo no Centro Universitário Roskilde, Dinamarca e Professor Visitante em UNU-IAS, Yokohama, Japão*

Uma proposta para incluir na CDB disposições sobre biossegurança, no contexto da transferência de organismos vivos modificados (OVMs), de um país para outro, foi introduzida pela Malásia, em 25 de novembro de 1991, ou seja, no primeiro dia da oitava reunião (terceira reunião do Comitê Intergovernamental de Negociações) do processo de negociação. A proposta era lógica, levando-se em consideração que o projeto da Convenção já continha, naquela fase, projetos de disposições que tratavam a biotecnologia sob vários outros aspectos (pesquisa de biotecnologia, transferência de biotecnologias, repartição de benefícios da biotecnologia, etc). Como presidente do Grupo de Trabalho II do processo de negociações,



de Cartagena sobre biossegurança (CPB).

Mas há ainda outras características interessantes:

Primeira, a proposta focou os OGMs. Durante o processo, este foi mudado para OVMs, especialmente para conseguir que os Estados Unidos participassem (mas, enfim, alas, tudo em vão!). Entretanto, já na segunda reunião da Conferência das Partes (decisão II/5) a noção de OVMs foi reduzida àqueles OVMs resultantes da biotecnologia moderna. Estávamos, mais ou menos, de volta ao ponto de partida!

Segunda, a proposta da Malásia incluiu “produtos derivados”. Esta parte da proposta alcançou o Artigo 19 (3) da CDB, mas foi revisada durante o processo de negociação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (PCB). Aqueles que participaram das negociações provavelmente se lembram como foi difícil chegar a um consenso para não incluir “produtos derivados” no escopo da PCB, mas somente em seu Artigo 20 (3) (c), bem como no Anexo I (i) e Anexo III (5).

**“CADA ENCONTRO QUE INICIA UM PROCESSO É TÃO IMPORTANTE QUANTO UM ENCONTRO QUE O COMPLETA.” —VEIT KOESTER**

sob cujo mandato se incluía a nova proposta, eu estava bastante preocupado por ter que lidar com uma proposta totalmente nova em apenas mais uma reunião, que seria realizada antes da sessão final de negociação, em maio de 1992. Entretanto, eu não poderia prever as dificuldades que enfrentaríamos, ou, que os principais oponentes ao progresso das discussões seriam os EUA, de um lado, e a Comunidade E (apoiada pela maioria de seus estados) de outro lado.

A proposta oralmente sugerida como parágrafos 4 e 5 ao Artigo (17 bis), que no final tornou-se o Artigo 19 da CDB, continha o elemento “consentimento prévio fundamentado”, que mais tarde seria o elemento base do Artigo 19 (3) como “concordância prévia fundamentada”. Este elemento, quase oito anos mais tarde, tornou-se o próprio veículo dos procedimentos básicos do Protocolo

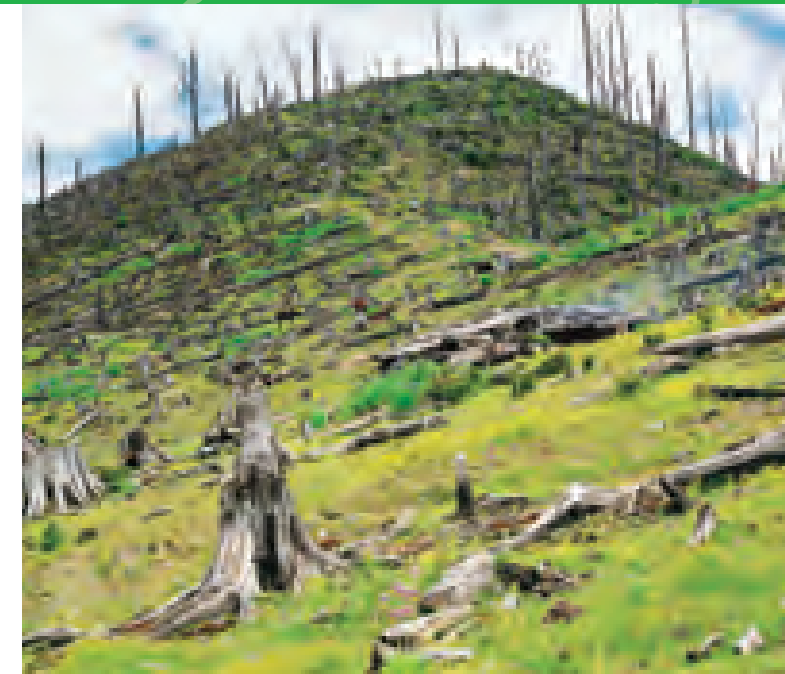
Finalmente, a proposta em seu quarto parágrafo expressa a idéia de ter, até certo ponto, os mesmos padrões de segurança em países importadores como aquelas de países exportadores. Esta parte da proposta não sobreviveu ao processo de negociação da CDB, mas alguns traços da filosofia subjacente podem ser identificados no PCB.

Vale salientar que um acordo sobre o conteúdo preciso do Artigo 19 (3) só foi alcançado no final do processo de negociação, quase em seus últimos minutos. Levando em consideração o resultado final da proposta da Malásia, a saber o PCB, é apropriado repetir minha declaração feita em um relatório à plenária, em 27 de novembro de 1991, de que a Malásia, representada durante o processo de negociação da CDB pela embaixadora Mme Ting Wen Liam, deverá ser parabenizada por ter adotado esta iniciativa. ❏

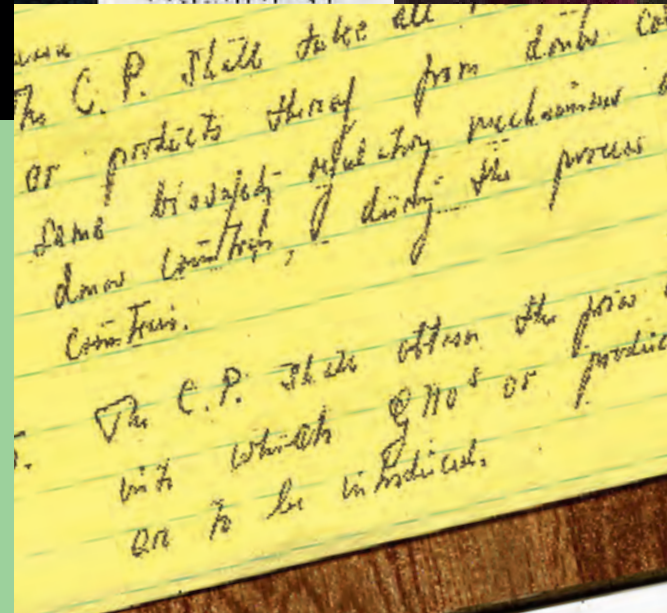
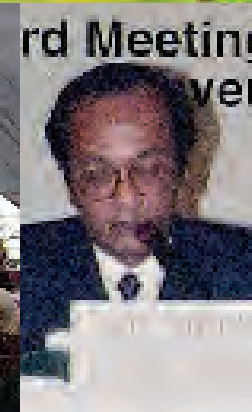
## Segunda Reunião do SBSTTA

2 a 6 de setembro de 1996, Montreal, Canadá  
Presidente: Dr. Peter Schei

A segunda reunião do SBSTTA foi marcada por debates públicos referentes à divergência entre o mandato do SBSTTA e a sua prática: a predominância de debates em detrimento de políticas, na agenda, levou as delegações a perguntarem até que ponto o SBSTTA seria capaz de proporcionar o assessoramento científico, técnico e tecnológico necessários para que a COP tomasse decisões de políticas. Apesar do debate sobre a “crise de identidade” do SBSTTA, houve progresso quanto a questões técnicas em várias áreas, inclusive recomendações sobre: monitoramento e avaliação de biodiversidade; abordagens para taxonomia; valorização econômica da biodiversidade; acesso a recursos genéticos; biodiversidade agrícola; biodiversidade terrestre; biodiversidade marinha e costeira; biossegurança; e o CHM. ❏



Z. YU/NEPA/Alpha Presse



Notes on the Malaysian Proposal (V. Koester)

## A Agenda de Biodiversidade – terceira reunião da Conferência das Partes

4 a 15 de novembro de 1996, Buenos Aires, Argentina  
Presidente: Sra. Maria Julia Alsogaray

A COP 3 realizou-se no contexto da revisão de cinco anos realizadas pelas Nações Unidas sobre o progresso alcançado na realização das metas da Agenda 21, e do crescente reconhecimento da posição central da biodiversidade no desenvolvimento sustentável. Naquela reunião, a COP adotou decisões sobre vários temas, inclusive: programas de trabalho sobre biodiversidade agrícola e de florestas; um Protocolo de Intenções com o GEF; um acordo para realizar um seminário inter-sessional sobre o Artigo 8 (j) referente ao conhecimento tradicional; a inscrição pelo Secretário Executivo para o status de observador no Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente da Organização Mundial de Comércio (OMC); e a declaração da CDB à Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, para revisar a implementação da Agenda 21. ❏





Sethindar/UNEP/Alpha Presse

## Realizações tangíveis — a terceira reunião do SBSTTA

1 a 5 de setembro de 1997, Montreal, Canadá  
Presidente: Professor A. H. Zakri

A idéia, que permeou a segunda reunião do SBSTTA, de que o SBSTTA passava por uma “crise de identidade” foi bem menor na terceira reunião, o que ficou evidente pelo volume de realizações tangíveis encaminhadas à COP 4, para a sua consideração. Na SBSTTA 3, os delegados consideraram a implementação da fase piloto do CHM, e formularam recomendações sobre: biodiversidade de águas continentais; biodiversidade marinha e costeira; biodiversidade agrícola; biodiversidade de florestas; indicadores de biodiversidade; e a participação de países em desenvolvimento no SBSTTA. ■



## O SBSTTA como Agente para Promover a Cooperação Internacional, Técnica e Científica

Professor: A. H. Zakri, Diretor,  
UNU Instituto para Estudos Avançados

O período em que presidi o SBSTTA foi um momento dinâmico, no início do desenvolvimento deste Órgão. Uma questão fundamental daquele período era a identidade do SBSTTA e se este seria um órgão científico de credibilidade ou uma reunião preparatória para a COP. O caráter e o papel do SBSTTA, recém estabelecidos, significava que questões políticas controversas como os mandatos e as disputas pelo controle, as referências a questões financeiras e até que ponto as questões sócio-econômicas, como o Artigo 8 (j) ou tecnologias genéticas de restrição do uso (GURTs) eram questões que o SBSTTA poderia tratar, tiveram um grande impacto sobre aquelas primeiras reuniões do SBSTTA.

Meus antecessores (James Seyani e Peter Schei), e eu mesmo, precisávamos reiterar constantemente a mensagem de que o SBSTTA não era nem uma “mini COP” nem um “grupo de redação”.

O tempo despendido com este tipo de questões prejudicou o desenvolvimento do caráter científico e técnico do SBSTTA. O que, por sua vez, teve um impacto negativo sobre a credibilidade e autoridade do Órgão, o que enfraqueceu sua habilidade para estimular ou promover a cooperação científica e técnica.

## Segunda e terceira reuniões do Grupo de Trabalho sobre Biossegurança

12 a 16 de maio de 1997, e de 13 a 17 de outubro de 1997, Montreal, Canadá  
Presidente: Dr. Veit Koester

Na segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre Biossegurança (BSWG), os delegados discutiram uma gama de questões, inclusive: concordância prévia fundamentada; procedimentos de notificação para transferência de OVMs; autoridades/pontos focais competentes; repartição de informações e mecanismo de intermediação de informação; capacitação; participação e conscientização pública; avaliação e gestão de risco; movimento transfronteiriço não intencional; exigências de manuseio, transporte, embalagem e trânsito; e monitoramento e conformidade. O BSWG 2 convocou um grupo de contato para considerar as definições de termos fundamentais e solicitou o Secretariado que compilasse uma lista

alfabética de termos que necessitem definição, conforme submetidos pelos países, para consideração na BSWG 3.

Na terceira sessão do BSWG, os delegados produziram um projeto de texto consolidado para servir de base para a negociação de um protocolo sobre biossegurança, sendo que o Presidente Veit Koester estabeleceu o tom com a frase “Nada está acordado até que tudo esteja acordado”. A reunião estabeleceu dois Sub-Grupos de Trabalho para tratar os artigos base do protocolo, bem como um grupo de contato para questões institucionais e cláusulas finais. Ampliou também o mandato do grupo de contato existente sobre definições para tratar anexos. Os delegados trataram também de questões pendentes na Plenária, inclusive: considerações sócio-econômicas, responsabilidade e reparação; tráfico ilegal; não discriminação; comércio com não Partes; bem como os objetivos, obrigações gerais, título e prefácio para o protocolo. Os delegados concordaram, sujeito à aprovação na quarta reunião da Conferência das Partes (COP 4) à CDB, em convocar duas reuniões adicionais do BSWG e uma reunião extraordinária da COP para adoção do protocolo em 1998. ■

## Primeiro seminário sobre Conhecimento Tradicional e Artigo 8 (j)

24 a 28 de novembro de 1997, Madri, Espanha

O seminário, não convencional em seu processo e inédito em sua flexibilidade, foi a primeira oportunidade sob o processo da Convenção para que governos e comunidades locais e populações indígenas expressassem suas posições e pontos de vista em termos de igualdade. O seminário produziu um relatório composto por uma extensa lista de opções e recomendações, nas seguintes áreas: mecanismos participativos; condições e tendências em relação ao Artigo 8 (j); práticas tradicionais culturais para conservação e uso sustentável; repartição equitativa de benefícios; intercâmbio e disseminação de informação; monitoramento; e elementos legais. O relatório inclui também recomendações para ações no nível nacional e internacional, e sugere termos de referência para o estabelecimento de um grupo aberto de trabalho ou um órgão subsidiário sobre o Artigo 8 (j). ■



GILBERTO/UNEP/Alpha Presse

Na SBSTTA 4, ficou claro que aqueles mecanismos científicos existentes na CDB precisavam ser desenvolvidos. O SBSTTA não tinha acesso a suficientes dados e informações confiáveis para que suas recomendações fossem aceitas como científicas ou técnicas. Na minha declaração de abertura à SBSTTA 4, sugeri que os delegados deveriam considerar o estabelecimento de um mecanismo como o Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima (IPCC) para tratar esta questão. Minha motivação para esta sugestão era de que o próprio SBSTTA não poderia realizar pesquisas empíricas, nem tão pouco coletar e analisar informações. Ele poderia filtrar dados e informações que chegassem até ele. Precisava de um processo semelhante ao IPCC que encaminhasse a ele este tipo de informação. Este foi o caso do UNFCCC e como resultado, as recomendações provenientes de seu SBSTTA, tiveram um maior impacto de credibilidade e autoridade. Esta credibilidade foi o principal motivo pelo qual o processo do SBSTTA e do UNFCCC foi capaz de promover maior cooperação.

Desde então, maior credibilidade aos grupos ad hoc de especialistas técnicos (AHTEGs), grupos de articulação, lista de especialistas e outros processos externos, tais como a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA) têm tratado amplamente esta necessidade. Graças ao trabalho pré-sessional destes órgãos, o SBSTTA possui, atualmente, dados de credibilidade, respeitabilidade e politicamente pertinentes, os quais eram necessários para que pudesse desempenhar seu papel como órgão de assessoramento. A crescente importância das recomendações do SBSTTA em reuniões da COP é uma indicação de sua respeitabilidade também crescente. Outra indicação, e talvez mais objetiva, é a crescente importância das recomendações do

SBSTTA e decisões da COP, em outros fóruns.

A questão dos recursos genéticos do solo marinho é um exemplo, entre vários, que demonstra sua crescente respeitabilidade. Inicialmente incluída na agenda do SBSTTA 2, naquele momento muitos países expressaram preocupação quanto à habilidade do SBSTTA para tratar esta questão, em parte devido a dúvida destes quanto à credibilidade do SBSTTA. A questão foi reconsiderada na SBSTTA 8, e não apenas as recomendações do SBSTTA foram amplamente aceitas na COP 7, mas foram consideradas como um exemplo de credibilidade e formação equilibrada de políticas na mais recente reunião do Processo Consultivo Informal Aberto das Nações Unidas sobre Oceanos e a Lei do Mar (UNICPOLOS). Como resultado, o UNICPOLOS endossou a decisão pertinente da COP. Conseqüentemente, o SBSTTA irá liderar o órgão intergovernamental que tratará esta questão. A credibilidade do SBSTTA contribuiu de forma crucial para o desenvolvimento deste nível de cooperação entre o UNICPOLOS e a CDB.

O desenvolvimento de um mecanismo internacionalmente respeitável, neste tema complexo,

desde a SBSTTA 1 em Setembro de 1997 é, na minha opinião, uma realização admirável. Foi também a pedra fundamental da habilidade do SBSTTA de promover a cooperação internacional técnica e científica.

Mas, este progresso admirável no desenvolvimento do SBSTTA lançou somente os fundamentos para o SBSTTA. Credibilidade e cooperação não podem ser compreendidas como um fim em si mesmas. São os meios para um fim. Sabemos que são necessárias muitas outras informações científicas e técnicas para alcançar as metas da CDB. O SBSTTA não teve, ainda, compreensivelmente, um impacto muito grande em mobilizar recursos neste nível. Finalmente, o SBSTTA precisa mobilizar todos os tipos de R&D e coleta de dados, para que possa desenvolver, amadurecer e ajudar adequadamente as Partes a alcançarem as metas da CDB. O SBSTTA precisa ser capaz de promover maior cooperação, mais recursos e promover o caráter político da ciência da biodiversidade. Sua crescente respeitabilidade e importância irão ajudá-lo a alcançar estas metas. ■



## O Terceiro Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica

Hamdallah Zedan



Hamdallah Zedan é o Secretário Executivo da COP, desde 1998. Microbiologista por profissão, com Ph. D. pela Universidade de Montreal, Canadá, ele engajou-se no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1983 e envolveu-se completamente na concepção e negociações da CDB e de seu Protocolo sobre Biodiversidade. Como Secretário Executivo da CDB, ele organizou a implementação da Convenção através de várias áreas temáticas e questões transversais, inclusive: o Artigo 8 (j); acesso e repartição de benefícios; biodiversidade de montanhas; biodiversidade insular, a formulação do Plano Estratégico e da Meta de Biodiversidade para 2010, e a entrada em vigor do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. ☒

## Seminário sobre a Abordagem Ecosistêmica

26 a 28 de janeiro de 1998, Lilongwe, Malawi

A importância de uma abordagem ecossistêmica ao tratar a diversidade biológica foi confirmada em muitas oportunidades, inclusive na SBSTTA 1 e 2. As discussões no seminário proporcionaram os fundamentos para a articulação da abordagem ecossistêmica e para sua definição, não apenas como uma estrutura para análise, mas também para a implementação dos objetivos da CDB. O seminário mostrou que a abordagem ecossistêmica é a melhor estratégia para permitir a realização de todos os objetivos da Convenção, porque ela reconhece os seres humanos como um componente integral de ecossistemas, e que as características de ecossistemas (complexidade e resiliência) demandam a utilização de princípios de manejo adaptável. ☒

## Um Programa para Mudanças – quarta reunião da Conferência das Partes

4 a 15 de maio de 1998, Bratislava, Eslováquia  
Presidente: H. E. Jozef Zlocha

A COP adotou, em sua quarta reunião, decisões sobre: ecossistemas de águas continentais; biodiversidade marinha e costeira; biodiversidade agrícola e de florestas; a fase piloto do CHM; Artigo 8 (j) sobre conhecimento tradicional; relatórios nacionais; cooperação com outros acordos, instituições e processos; atividades do GEF; medidas de incentivo; acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios (ABS); educação e conscientização pública; e, o programa de trabalho de longo prazo. Uma Mesa Redonda Ministerial foi convocada para discutir a integração de interesses de biodiversidade em atividades setoriais, tais como o turismo, e a participação do setor privado na implementação dos objetivos da Convenção. ☒



Cameron-UNEP/Alpha Presse

**“COMPARTILHO A OPINIÃO DAQUELES QUE AFIRMAM QUE A COP 4, EM BRATISLAVA, IMPULSIONOU A CDB PARA UM MOMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO MAIS EFETIVA, TANTO EM TERMOS DE ACORDOS INSTITUCIONAIS QUANTO DE PROGRAMAS DE TRABALHO” — DR. ZUZANA GUZIOVA**

### Reflexões sobre a quarta reunião da Conferência das Partes

Dr. Zuzana Guziova e Dr. Peter Straka

ZUZANA GUZIOVA—A quarta reunião da Conferência das Partes foi excepcionalmente singular para mim, pois eu estava mergulhado nos acontecimentos desde o outono de 1996, quando surgiu a idéia de realizar a reunião da COP 4 na Eslováquia. Portanto, ao contrário de outros participantes, minhas expectativas e preocupações sobre a reunião eram mistas, representadas por temores quanto ao funcionamento adequado de todos os acordos logísticos e se todo o trabalho a ser realizado poderia ser realmente concluído no decorrer de uma reunião. Fiquei especialmente satisfeito, portanto, quando antes da meia-noite de 15 de maio de 1998, a reunião foi declarada encerrada e eu ainda estava vivo, e

fiquei ainda mais feliz por termos dezenove decisões adotadas na COP 4. Compartilho a opinião daqueles que afirmam que a COP 4, em Bratislava, impulsionou a CDB para um momento de implementação mais efetiva, tanto em termos de acordos institucionais quanto de programas de trabalho. Do ponto de vista regional, considero a reunião da COP em Bratislava como um importante reconhecimento a todo o grupo regional de CEE, que se mantinha sempre silencioso na linha de intercâmbios e argumentações Norte-Sul no processo da CDB. E, acredito que todos nós devemos agradecer a H. E. Jozef Zlocha, in memoriam, ex-Ministro do Meio Ambiente da Eslováquia, por esta oportunidade.

PETER STRAKA—Como parte da delegação do país anfitrião, vejo a reunião da COP 4 em Bratislava, a partir da minha retrospectiva pessoal, com sentimentos bastante positivos. Não seria correto, é claro, colocar as questões trabalhadas pela COP 4 em qualquer ordem hierárquica, en-

tretanto, fiquei feliz por ter sido em Bratislava que se estabeleceu um painel de especialistas para tratar a questão de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios, abrindo-se, assim, uma oportunidade para a implementação mais equilibrada dos três objetivos da Convenção. A adoção de recomendações referentes à Iniciativa Global de Taxonomia foi uma realização significativa também, pois confirmava a importância da contribuição científica ao processo da CDB. Fiquei particularmente satisfeito que a COP 4 tenha começado a focalizar o futuro e adotar programas de trabalho de longo prazo, para o período entre a quarta e a sétima reunião. Portanto, a reunião de Bratislava influenciou o processo da CDB até recentemente. Finalmente, foi muito bom começar e terminar cada “dia da COP” em casa. ☒



**“...ABRINDO-SE, ASSIM, UMA OPORTUNIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO MAIS EQUILIBRADA DOS TRÊS OBJETIVOS DA CONVENÇÃO.” —DR. PETER STRAKA**

## Consolidando opções para a Biossegurança – a quarta e a quinta reunião do Grupo de Trabalho sobre Biossegurança

5 a 13 de fevereiro e 17 a 28 de agosto de 1998, Montreal, Canadá

O Presidente Koester, na abertura da BSWG 4, que se reuniu em Montreal, de 5 a 13 de fevereiro de 1998, enfatizou que o BSWG estava entrando na fase de negociação e que os participantes deveriam procurar reduzir, por meio de consenso negociado, o número de opções sob cada artigo. A BSWG 4 caracterizou-se por sua atmosfera simpática e cooperativa. Usando a estrutura adotada na BSWG 3 os delegados iniciaram a consideração de vários artigos que haviam sido apenas preliminarmente discutidos na BSWG 3, inclusive: princípios/objetivos, obrigações gerais, não discriminação, considerações sócio-econômicas, responsabilidade e reparação. Os delegados deram continuidade a trabalhos sobre questões tratadas previamente, inclusive: assuntos relativos a Acordo Prévio Informado (AIA), avaliação e gestão de risco, padrões nacionais mínimos, medidas emergenciais e capacitação.

Na quinta reunião do BSWG, os delegados consolidaram opções para quarenta e cinco artigos no projeto revisado consolidado para quarenta artigos nas conclusões dos Sub-Grupos de Trabalho e Contato. Entretanto, treze artigos permaneceram totalmente entre colchetes, indicando que os delegados não haviam chegado a um acordo sobre elementos fundamentais de um protocolo, muito menos sobre o conteúdo de alguns artigos. Posições opostas continuaram a surgir durante as discussões sobre se o escopo do Protocolo incluía “produtos derivados”, se o Protocolo trataria questões de responsabilidade e reparação, e se o Protocolo facilitaria um intercâmbio de informações para o comércio de LMOs ou se refletiria o princípio da precaução. No entanto, as questões a serem negociadas foram esclarecidas para considerações adicionais na BSWG 6. ☒



istockphoto.com





Kaloyvstan - UNEP/Alpha Presse

## A quarta reunião do SBSTTA e a Reunião Inter-Sessional sobre as Operações da Convenção

21 a 25 de junho de 1999, Montreal, Canadá  
Presidente: Professor A. H. Zakri

Durante sua quarta reunião, os delegados do SBSTTA fizeram recomendações sobre: o programa de trabalho do SBSTTA; a Iniciativa Global de Taxonomia (GTI); princípios orientadores para prevenir o impacto de espécies exóticas; controle da expressão de genes vegetais; uso sustentável da biodiversidade terrestre; incorporação da biodiversidade na avaliação de impacto ambiental, e, abordagens e práticas para o uso sustentável de recursos biológicos, inclusive o turismo.

Realizada juntamente com o SBSTTA, a Reunião Inter-

Sessional das Operações da Convenção (ISOC), foi convocada para considerar acordos possíveis para aprimorar as preparações e a realização de reuniões da Conferência das Partes, inclusive: medidas para aprimorar a contribuição científica e a base científica para recomendações de políticas e o esclarecimento de expectativas para o mecanismo financeiro e outras instituições. A este fim, a reunião avançou em relação a muitas considerações importantes para a quinta reunião da Conferência das Partes, que deveria revisar procedimentos administrativos e organizacionais. ❏



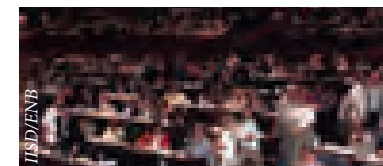
## Mr. Ruihe Tu

Diretor para Cooperação Multilateral, SEPA, China

Parabéns pelos admiráveis processos e realizações alcançadas pela Convenção sobre Diversidade Biológica na década passada. Nesta ocasião, sentimos que grandes desafios ainda nos aguardam para aprofundarmos a implementação da Convenção e alcançarmos os objetivos da Convenção, particularmente os objetivos pertinentes identificados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. ❏

## A sexta reunião do Grupo de Trabalho sobre Biossegurança e a Reunião Extraordinária da Conferência das Partes

14 a 19 de fevereiro de 1999 e 22 a 23 de fevereiro de 1999, Cartagena, Colômbia



A sexta reunião do Grupo de Trabalho sobre Biossegurança foi imediatamente seguida pela Primeira Reunião Extraordinária da Conferência das Partes. Apesar das intensas negociações, os delegados não chegaram a um acordo sobre um protocolo, no entanto, começaram a surgir alguns grupos de negociação identificáveis. As principais áreas de desacordo concentraram-se nas questões de comércio, tratamento de comodites e regimes reguladores domésticos em oposição aos internacionais.

A ExCOP adotou a decisão de suspender a reunião e solicitou ao presidente da

ExCOP e à Mesa da COP 4 que decidissem quando e onde a sessão seria retomada, desde que até a quinta reunião da Conferência das Partes. Os delegados decidiram que o Protocolo será chamado de Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança à CDB. ❏

## Reunião do Grupo de Especialistas sobre ABS

4 a 8 de outubro de 1999, San José, Costa Rica

Os Artigos 15, 16 e 19 da Convenção estabeleceram as disposições que administram o acesso e a repartição de benefícios. Até a realização da reunião de Especialistas, não havia qualquer articulação focada nestas questões, no processo da CDB. Após a orientação da COP 4, o Painel de Especialistas conseguiu determinar as questões de importância para o desenvolvimento futuro do programa. Quatro itens importantes foram considerados:

- acordos de acesso e repartição de benefícios para fins científicos e comerciais;
- revisão de legislações e políticas nacionais e regionais;
- revisão dos procedimentos para regulação;
- as questões de capacitação nos três itens acima;

As discussões do Painel resultaram em recomendações, gerais e específicas, mais particularmente sobre a Importância do Consentimento Prévio Fundamentado (PIC); a noção de Termos Mutuamente Acordados (MAT); a importância de avaliar as necessidades de informações para estas questões e a importância da capacitação. ❏



**“... HAVIA UM CRESCENTE MAL ESTAR ENTRE AQUELES QUE PARTICIPARAM DO GRUPO DE TRABALHO, DE QUE CADA UM PARECIA TER SUA INTERPRETAÇÃO PRÓPRIA DO CONCEITO”**

—DR. PETER J. SCHEI

## O início da “abordagem ecossistêmica” na CDB

Dr. Peter J. Schei, Noruega

A abordagem ecossistêmica (EA), foi proposta como a principal abordagem de implementação para a CDB, na primeira reunião do SBSTTA em Paris, 1995, em um grupo de trabalho que tratava Recomendação 3 sobre modos e meios para considerar os componentes da biodiversidade, especialmente aqueles sob ameaça, e identificar ações sob a Convenção. O conceito havia sido usado anteriormente nos Estados Unidos, de forma ligeiramente diferente, mas as principais idéias da abordagem foram mantidas:

- integração de políticas de biodiversidade e políticas e ações sócio-econômicas
- tratar a conservação e o uso sustentável de maneira holística
- envolver interessados fundamentais nas questões de biodiversidade, referentes à base e gestão de conhecimento
- focalizar as escalas temporais e geográficas na resolução de problemas

A abordagem teve vários defensores naquele grupo de trabalho, entre eles um dos mais renomados “pais da CDB”, Ulf Svenson, da Suécia, mas houve uma recomendação consensual de que esta deveria ser a base filosófica, conceitual e prática para a implementação da CDB.

A EA foi então “adotada” pela COP 2 em Jakarta, naquele mesmo ano, e as reuniões seguintes do SBSTTA e da COP começaram a utilizar o conceito em muitas decisões, mas havia um crescente mal estar entre aqueles que participaram no grupo de trabalho, de que cada um parecia ter sua interpretação própria do conceito. Somente na quinta reunião de especialistas, realizada em Malawi, 1998, que os princípios da EA foram definidos, na verdade, no final da noite do último dia quando a reunião já estava formalmente encerrada. O professor Herbert Prince, Países-Baixos, foi muito importante neste momento.

A terceira Conferência Trondheim sobre Biodiversidade em 1999, havia discutido adicionalmente sobre a EA, e os Princípios de Malawi foram formalmente modificados e endossados (não adotados!) pela COP 5, em Nairobi, 2000. Aquela decisão foi muito difícil de alcançar, e foram necessárias várias reuniões para chegar a um acordo. ❏





## A Reunião Extraordinária da Conferência das Partes (Reiniciada)

24 a 28 de janeiro de 2000, Montreal, Canadá  
Presidente: Juan Mayr Maldonado

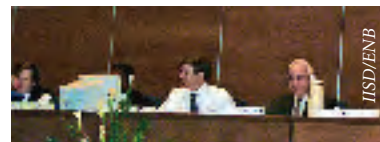


Após três consultas informais, a sessão reiniciada da ExCOP foi realizada em Montreal, Canadá. Após nove dias de negociações, os delegados adotaram o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança nas primeiras horas do dia 29 de Janeiro de 2000. A ExCOP estabeleceu também o Comitê Intergovernamental para o Protocolo de Cartagena, sob a presidência do Embaixador Philémon Yang, visando realizar as preparações para MOP 1. A ExCOP solicitou ainda ao Secretário Executivo da CDB o início dos trabalhos preparatórios sobre o desenvolvimento de um Mecanismo de Intermediação (BCH), e o estabelecimento de uma lista de especialistas, regionalmente equilibrada, a ser nomeada pelos governos para os fins de assessoria e apoio, quando solicitados. ■



## Quinta reunião do SBSTTA

31 de janeiro a 4 de fevereiro de 2000, Montreal, Canadá,  
Presidente: Dr. Cristián Samper



Até a SBSTTA 5, a Convenção havia atingido um estágio de implementação plena. Programas de Trabalho estavam em curso ou em desenvolvimento para todos os temas de ecossistemas da CDB, o CHM estava bem estabelecido, e muitos dos temas transversais haviam avançado. A quinta sessão também desenvolveu recomendações sobre, entre outros aspectos: biodiversidade de águas continentais; biodiversidade de florestas; biodiversidade agrícola; biodiversidade marinha e costeira, inclusive branqueamento de corais; a abordagem ecossistêmica; um programa de trabalho sobre áreas áridas e sub-úmidas; espécies exóticas; indicadores; a fase piloto do CHM; os segundos relatórios nacionais; e grupos ad hoc de especialistas técnicos. ■

## Construindo uma forte base científica para uma política de biodiversidade efetiva

Dr. Cristián Samper, Instituto Smithsonian



Presidir o SBSTTA foi uma das melhores experiências da minha vida. Lembro-me da primeira vez que participei de uma reunião da CDB em Paris, 1995, e não podia compreender sobre o que as pessoas estavam falando. Como cientista, acostumado a conferências científicas, o formato do SBSTTA era (e ainda é) completamente diferente e confuso. Lembro-me de ser desafiado por um dos negociados sobre o uso do termo DNA, pois este não estava incluído no texto da Convenção. Com o passar dos anos, passei a reconhecer a importância deste tipo de processo multilateral, e compreender que a boa e objetiva contribuição científica é essencial para boas políticas. Passei também a apreciar o processo e encontrei meios de realizar o trabalho.

Tive a honra de presidir duas reuniões do SBSTTA, realizadas em Montreal. A primeira reunião (SBSTTA 5) teve uma agenda longa e tratou uma gama de itens, desde a abordagem ecossistêmica até indicadores, passando pelos programas de trabalho para os principais biomas. Foi especial também no sentido de que,

pela primeira vez, realizamos uma recepção de abertura em uma arena de patinação no gelo, algo que jamais havia tentado e que agradou a muitos delegados. Aprendi que, devido à diversidade e heterogeneidade de países e delegações presentes, a chave era ter melhores contribuições para obter melhores resultados. Com esta convicção e forte apoio da Agência e do Secretariado, me envolvi com a reconstrução das operações do SBSTTA, a qual Jan Plesnik chamaria de a "Perestroika do SBSTTA". Esta incluiu emendas ao modus operandi para que tivesse grupos de trabalho, mandatos diferentemente esquematizados para os membros da Mesa, envolvimento de outros grupos e processos, agilização de agendas e busca de inovações. O resultado foi uma reunião completamente diferente na SBSTTA 6, com uma agenda bem menor e um único tópico: espécies exóticas invasoras. Tivemos a sorte de receber contribuições valiosas do GISP e a dedicação a este assunto durante três dias inteiros da parte de um grupo de trabalho. Considero que esta tenha sido a reunião mais detalhada e interessante até hoje. Posso dizer, com certeza, que aprendi muito e estou feliz com os resultados, mas a mudança pode ter sido bastante radical para alguns delegados.

Acredito que para realizar uma boa reunião do SBSTTA é preciso: um foco sobre questões científicas e técnicas; o desenvolvimento de uma agenda ágil; o fortalecimento de mecanismos inter-sessões e a colaboração com outros processos científicos; a construção e o fortalecimento de elos com o Mecanismo de Intermediação de Informação para promover a cooperação científica e técnica; e finalmente, mas não menos importante, a transparência e o senso de humor.

A CDB está entrando em uma nova fase de sua história. A primeira fase focou o estabelecimento da Convenção e suas operações, o envolvimento de novos membros e estabelecimento da estrutura para desenvolver programas de trabalho. Agora é hora de voltarmos nossa atenção para a implementação e monitoramento da Convenção nos países. Anteevojo um papel crítico para o SBSTTA ao proporcionar este assessoramento e ajudar as Partes, e a necessidade de que o SBSTTA veja além da longa lista de recomendações para a COP. Estou convencido de que as reuniões do SBSTTA são, em si mesmas, um Mecanismo de Intermediação de Informação, onde as idéias e as pessoas podem se reunir para compartilhar experiências e resolver problemas comuns. ■

## "ME ENVOLVI COM A RECONSTRUÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SBSTTA, A QUAL JAN PLESNIK CHAMARIA DE A "PERESTROIKA DO SBSTTA" —DR. CRISTIAN SAMPER



## Das políticas à implementação — quinta reunião da Conferência das Partes

15 a 26 de maio de 2000, Nairobi, Quênia  
Presidente: Francis Nyenze

Em sua quinta reunião, a COP adotou decisões sobre: um programa de trabalho sobre áreas áridas e sub-úmidas; a abordagem ecossistêmica; acesso a recursos genéticos; espécies exóticas; uso sustentável; biodiversidade e turismo; medidas de incentivo; a Estratégia Global para Conservação de Plantas; a Iniciativa Global de Taxonomia (GTI); o CHM; recursos e mecanismos financeiros; identificação, monitoramento e avaliação, e indicadores; e, avaliação de impacto, responsabilidade e reparação. A COP 5 incluiu também um segmento de alto nível sobre o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, com uma Mesa Redonda Ministerial e uma cerimônia especial de assinatura. ■





## O Grupo de Contato sobre o programa de trabalho sobre Diversidade Biológica de Áreas Áridas e Sub-Úmidas

Sem T. Shikongo, co-presidente



A perspectiva de ser Co-Presidente do grupo de contato sobre o programa de trabalho sobre áreas áridas e sub-úmidas foi, ao mesmo tempo, uma experiência excitante e assustadora. Não tinha certeza se poderia concluir positivamente o processo que me havia sido confiado, mas após consulta junto à minha delegação, e com seu estímulo, aceitei a co-presidência. As primeiras horas foram difíceis, mas com o tempo fiquei mais à vontade e, como um ser noturno não me incomodava trabalhar até tarde da noite. Recordo-me que a primeira reunião terminou por volta de uma hora da manhã e ao invés de voltarmos para o hotel ainda tínhamos que elaborar, para a sessão seguinte, um texto fundamentado nos comentários do grupo de contato. Por meio deste processo, tomei consciência da grande quantidade de trabalho encaminhada a cada um dos estudos base, por parte do Staff do Secretariado. Devo acrescentar que a equipe do Secretariado com a qual trabalhei, foi bastante prestativa e me orientou durante o processo. Ao longo das reuniões do grupo de contato, ficou claro que as Partes participantes tomaram consciência das muitas inter-relações entre a degradação/desertificação do solo e a per-

da de diversidade biológica, e entre subsistências sustentáveis e a conservação e uso sustentável da diversidade biológica. Considero que esta conscientização tenha sido um fator importante na adoção final do Programa de Trabalho sobre diversidade biológica de áreas secas e sub-úmidas. Ainda a este respeito, havia a clara compreensão da necessidade de facilitar a implementação da CDB e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD). Foi uma experiência gratificante, após várias reuniões do grupo de contato, chegarmos a um texto limpo e poder apresentá-lo para adoção ao grupo de trabalho. Devo dizer que esta foi uma das COPs mais agradáveis que já participei, quando penso nos momentos de intensos processos de negociação e os acordos ou consensos sobre as questões tomaram bastante tempo. Permanece o desafio se poderemos implementar este programa de trabalho. Tenho certeza de que ainda há muito trabalho a ser feito na implementação das disposições, e um dos maiores desafios para o Secretariado da CDB será apoiar Partes países em seus esforços para conservar a biodiversidade, e, desenvolver outras ações bem sucedidas de implementação somente será possível se mais esforços forem realizados para estimular conexões que ajudem os países a agirem de acordo com seus compromissos. ■

**“... FICOU CLARO QUE AS PARTES PARTICIPANTES TOMARAM CONSCIÊNCIA DAS MUITAS INTER-RELAÇÕES ENTRE A DEGRADAÇÃO/DESERTIFICAÇÃO DO SOLO E A PERDA DE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, E ENTRE SUBSISTÊNCIAS SUSTENTÁVEIS E A CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA...” —SEM T. SHIKONGO**

## Primeira reunião do Grupo Ad Hoc de Trabalho sobre o Artigo 8 (j)

27 a 31 de março de 2000, Sevilla, Espanha

Os delegados consideraram elementos para um programa de trabalho sobre o Artigo 8 (j) inclusive: mecanismos participativos para comunidades locais e populações indígenas; repartição equitativa de benefícios; elementos legais; condições e tendências em relação ao Artigo 8 (j) e disposições correlatas; práticas tradicionais culturais para conservação e uso sustentável; intercâmbio e disseminação de informações; e monitoramento. O Grupo de Trabalho focou também: a utilização e desenvolvimento de formas legais apropriadas, e de outras formas, de proteção para o conhecimento tradicional; cooperação internacional entre comunidades locais e populações indígenas; e oportunidades para colaboração e implementação do programa de trabalho. ■



## “O PROCESSO CRIOU NOVOS PRECEDENTES SIGNIFICATIVOS PARA OS FÓRUMS DE NEGOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS” —JOHN HERITY

### Artigo 8 (j) e outros artigos relacionados

John Herity, IUCN Canadá



Ao redor do mundo, os povos aborígenes têm vivido em harmonia com a natureza por milênios. É o fundamento de suas culturas, economias, idiomas e artes. Seu conhecimento da natureza e dos recursos biológicos ainda orienta a vida e a subsistência de suas comunidades. O conhecimento é intimamente guardado e cautelosamente revelado de acordo com a decisão criteriosa dos detentores do conhecimento, embora, algumas vezes, este conhecimento seja indevidamente apropriado por outros. O conhecimento pode também ser doado gratuitamente, a serviço da conservação.

Fundamentados nisto, os negociadores da Convenção sobre Diversidade Biológica criaram o Artigo 8 (j). Este é o reconhecimento da importância do conhecimento e dos interesses de povos indígenas, inédito em tratados ambientais. Assim, eles criaram também desafios singulares para as futuras 188 Partes. Os desafios focalizam, primeiramente, o reconhecimento da importância de envolver representantes de povos indígenas no processo de tomada de decisão da Convenção; e, em segundo lugar, como facilitar este envolvimento e, finalmente, como implementar os resultados no nível nacional.

Desde o início houve controvérsias e estas, apesar de em menor número, permanecem. Muitos países não têm povos indígenas; muitos acreditam que, literalmente, todos os seus cidadãos são indígenas e a maioria acredita que as questões indígenas são tratadas de melhor forma no nível nacional, e não internacional. O duplo conceito de comunidades locais e populações indígenas permanece incompleto. O foco internacional do Artigo 8 (j) tem sido, certamente, os povos indígenas, e, proporcionar um espaço onde poderão se expressar. A criação de um grupo de trabalho aberto para o Artigo 8 (j), com

participantes indígenas, foi longamente debatida pelas Partes. Apesar de ainda pouco fundamentado, o acordo resultante demonstrou ser bem mais efetivo do que muitos esperavam.

O Grupo de Trabalho Aberto criou um programa de trabalho amplo e esclarecedor e avançou bastante em sua implementação. Sua influência sobre as decisões das COPs é clara e profunda, motivada, em grande parte, pelos próprios representantes dos povos indígenas. O Fórum Internacional Indígena sobre Biodiversidade é bem liderado e administrado. As funções são cuidadosamente desenvolvidas e desempenhadas com paixão e eloquência. Os governos estão atentos. Todos os membros do Fórum contribuem, virtualmente, de forma pró-bono, motivados pelo que acreditam ser o melhor para suas comunidades.

O processo criou novos precedentes significativos para os fóruns de negociação das Nações Unidas. Graças às Partes, as reuniões foram alteradas em suas normas, de várias formas, para aumentar a efetividade das vozes indígenas. Eles têm espaço para a realização de suas reuniões, bem como equipamentos administrativos básicos. A sala de reuniões é organizada de forma que os representantes aborígenes compartilhem todo o espaço juntamente com representantes governamentais das Partes, ao invés de ficarem relegados ao fundo da sala. Um número regionalmente equilibrado de seus representantes é convidado a participar das reuniões da Mesa. Eles são convidados a co-presidir sessões de sub-grupos de trabalho. Eles também têm o direito de falar com representantes governamentais, na seqüência, ao invés de esperar que todas as Partes tenham se manifestado.

Não é somente o processo que é um sucesso inédito: os resultados também são. Entre estes, um conjunto inovador de diretrizes foi aprovado pela COP 7 para a realização de avaliações ambientais, sociais e culturais de desenvolvimentos

que afetem os interesses indígenas. Foram tomadas decisões para buscar elementos de um regime sui generis de proteção da propriedade intelectual para o conhecimento tradicional. Foram criados novos padrões para o envolvimento de povos indígenas, no nível nacional, nos processos de decisão que os afetem. O termo “consentimento prévio fundamentado” é, atualmente, um conceito aceito em relação ao uso do conhecimento tradicional. Recentemente, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas reconheceu a liderança da Convenção nesta área, ao solicitar às Partes que organizem um seminário para todos os órgãos pertinentes da ONU, e órgãos relacionados, sobre a avaliação de desenvolvimentos em terras tradicionalmente usadas pelos povos indígenas.

Como chefe habitual da delegação Canadense para estas reuniões, fui responsável pelo desenvolvimento do que, para muitos, podem ter sido consideradas posições oficiais neandertais. (Falo do ponto de vista confortável de quem se aposentou do governo, recentemente.) Portanto, me senti bastante confortável quando, periodicamente, fui solicitado a co-presidir um sub-grupo de trabalho com um colega aborígine e desta forma ser eximido da função de ter que falar àquelas posições. Sentia-me duplamente (e perversamente) confortável pois naquela posição de vantagem podia instigar a delegação Canadense para que apressasse a construção de consenso. Na realidade, aquelas difíceis posições foram completamente debatidas em Ottawa, antes de cada reunião, e foi bom observar seu progresso de reunião para reunião, à luz do diálogo internacional.

A Convenção das Partes, seu Secretariado permanente e todos os povos indígenas envolvidos podem se sentir legitimamente orgulhosos de suas admiráveis realizações nos primeiros dez anos da implementação. Devem ser estimulados a continuar sua liderança. ■

## A primeira reunião do Comitê Intergovernamental sobre o Protocolo de Cartagena

11 a 15 de dezembro de 2000, Montpellier, França

De acordo com o plano de trabalho delineado na COP 5, a primeira reunião do Comitê Intergovernamental (11 a 15 de dezembro de 2000, Montpellier, França) discutiu: repartição de informações e o BCH; capacitação; a lista de especialistas; procedimentos de tomada de decisão; manuseio, transporte, embalagem e identificação; e, conformidade. A reunião expressou um simpático “Espírito Montpellier” como força

positiva para o desenvolvimento de confiança e momentum político, e, ao mesmo tempo, enfatizou as questões significativas da capacidade de países em desenvolvimento de implementarem o Protocolo e meios para tornar o BCH operacional e acessível. A ICCP 1 foi concluída com recomendações para atividades internacionais e relatórios sínteses, para que cada item importante seja considerado adicionalmente pela ICCP 2. ■





## Sexta reunião do SBSTTA

12 a 16 de março de 2001, Montreal, Canadá  
Presidente: Dr. Cristián Samper

A SBSTTA 6 foi marcada pelo seu modus operandi, com uma agenda ágil, focada sobre espécies exóticas e com ênfase em proporcionar informação base por meio de apresentações, eventos paralelos, mesas redondas e documentação adicional. Foram adotadas recomendações sobre: grupos técnicos ad hoc de especialistas; biodiversidade marinha e costeira; ecossistemas de águas continentais; espécies exóticas invasoras; avaliações científicas; o GTI; biodiversidade e mudança de clima; espécies migratórias. ❏

## Segunda reunião do Comitê Intergovernamental sobre o Protocolo de Cartagena

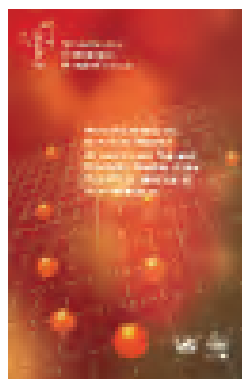
1 a 5 de outubro de 2001, Nairobi, Quênia

A segunda reunião do ICCP desenvolveu recomendações sobre questões, inclusive: repartição de informações; manuseio, transporte, embalagem e identificação (HTPI); monitoramento e relatórios; capacitação; a lista de especialistas; orientação ao mecanismo financeiro; procedimento de tomada de decisão; responsabilidade e reparação; conformidade; consideração de outras questões necessárias para a implementação do Protocolo; o Secretariado; Regras de Procedimento; cooperação com a Convenção Internacional de Proteção de Plantas sob outros assuntos; e trabalho preparatório para a MOP 1. O ICCP 2 enfatizou preocupações contínuas referentes à capacitação e repartição de informações como elementos essenciais para a ratificação do Protocolo e implementação no nível nacional. ❏

## Primeira reunião do Grupo Ad Hoc de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios

22 a 26 de outubro de 2001, Bonn, Alemanha

Os delegados desenvolveram um conjunto de projetos de diretrizes internacionais voluntárias (Diretrizes de Bonn); identificaram elementos de projeto para um plano de ação para capacitação; consideraram outras abordagens além das diretrizes; solicitaram um grupo de trabalho aberto sobre capacitação para ABS; e produziram recomendações sobre revelações de PIC, país de origem e uso de conhecimento tradicional em aplicações de patentes. ❏



## SBSTTA 7 e 8: Lembranças do Futuro?

Dr. Jan Plesnik



Convenção, por pelo menos duas razões. A discussão altamente técnica sobre o tema principal – diversidade biológica de florestas – e o fato de que, a maioria das Partes, e outros interessados, havia nomeado especialistas florestais significava que, naquele momento, o SBSTTA era verdadeiramente um fórum, onde as melhores assessorias científicas possíveis foram desenvolvidas para a COP. A Estratégia Global para a Conservação de Plantas é a primeira questão transversal fundamentada em algum taxa ou grupo ecológico. Além disso, a estratégia consiste de metas quantitativas a serem alcançadas ao invés de alvos formulados genericamente.

Sete recomendações foram adotadas pela oitava reunião do SBSTTA (Montreal, março de

2003). A reunião adotou a estrutura do programa de trabalho proposto sobre diversidade biológica de montanhas, inspirada pelo estimulante discurso de apresentação feito por Christian Körner, Presidente da Avaliação Global sobre Biodiversidade de Montanhas. Deve-se mencionar também, a partir de outros resultados, a recomendação sobre diversidade biológica e turismo que contém projetos de diretrizes sobre a questão politicamente importante.

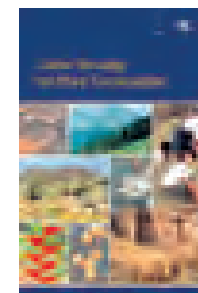
Gostaria de aproveitar a oportunidade e reafirmar que em meu país reconhecemos que há três fases de desenvolvimento na vida profissional de qualquer pessoa que lida com questões ambientais, e, parece-me que todos temos que passar por elas. A primeira fase é aquela do otimismo, seguida pelo pessimismo. A terceira e última fase é o alcoolismo. Devo dizer que, apesar de ter servido como um membro da Mesa do SBSTTA de 1997 a 2003, algumas vezes voltei da fase dois para a fase um e ainda me sinto otimista quanto a alcançar os três principais objetivos da nossa Convenção. ❏



“... HÁ TRÊS FASES DE DESENVOLVIMENTO NA VIDA PROFISSIONAL DE QUALQUER PESSOA QUE LIDE COM QUESTÕES AMBIENTAIS ...” —DR. JAN PLESNIK

## Sétima reunião do SBSTTA

12 a 16 de novembro de 2001, Montreal, Canadá  
Presidente: Dr. Jan Plesnik



Os delegados do SBSTTA, incumbidos da tarefa de focar uma agenda extremamente pesada, despenderam bastante energia para desenvolver o programa de trabalho sobre diversidade biológica de florestas e produzir, ao mesmo tempo, recomendações sobre: biodiversidade agrícola, inclusive a Iniciativa Internacional de Polinizadores; a Estratégia Global para a Conservação de Plantas; medidas de incentivo; indicadores; e avaliação de impacto ambiental. ❏

## Reunião sobre o Plano Estratégico

19 a 21 de novembro de 2001, Montreal, Canadá

Os Delegados discutiram o Plano Estratégico da Convenção, trataram a implementação da Convenção, relatórios nacionais e a próxima Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Apesar da falta de consenso quanto a certas questões os participantes, de modo geral, ficaram satisfeitos com suas realizações sobre as tarefas mais administráveis de proporcionar recomendações direcionadas ao aumento da eficiência e desempenho das operações da CDB e processos de relatórios. ❏







## Segunda Reunião do Grupo Ad Hoc de Trabalho sobre o Artigo 8 (j)

4 a 8 de fevereiro de 2002, Montreal, Canadá

Ao longo da realização da reunião de uma semana, o Grupo de Trabalho considerou: um projeto para um relatório conjunto sobre as condições e tendências referentes ao conhecimento, inovações e práticas de comunidades locais e populações indígenas; projeto de diretrizes/recomendações para a realização de avaliações de impactos culturais, ambientais e sociais, referentes a desenvolvimentos propostos para serem realizados em ou que causem impactos sobre terras de comunidades locais e populações indígenas; mecanismos participativos; e a efetividade de instrumentos existentes que causem impacto sobre a proteção do conhecimento tradicional, especialmente os direitos de propriedade intelectual (IPR). Os Delegados adotaram seis recomendações sobre os itens anteriores, bem como sobre o progresso na integração de tarefas pertinentes do programa de trabalho sobre o Artigo 8 (j) e disposições correlatas em programas temáticos da CDB, e, sobre o progresso na implementação de tarefas prioritárias do programa de trabalho sobre ao Artigo 8 (j).

**“... NÃO DEVEMOS ESQUECER QUE NÃO PODEMOS DISSOCIAR A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS NECESSIDADES REAIS DE POVOS QUE DEPENDEM DESTA MESMA BIODIVERSIDADE PARA SUAS VIDAS E EXISTÊNCIAS.”**

—SR. HANS HOOGEVEEN

## Ação para um Futuro Sustentável — sexta reunião da Conferência das Partes

7 a 19 de abril de 2002, Haia, Países Baixos  
Presidente: Ms. Geke Faber

A COP 6 foi, possivelmente, a COP mais ocupada até hoje, com grupos de contato trabalhando tardes e noites sem parar. Apesar de debates calorosos, os delegados adotaram trinta e seis decisões sobre os seguintes itens importantes: biodiversidade de florestas; espécies exóticas que ameaçam ecossistemas, habitats e espécies; identificação, monitoramento, indicadores e avaliações; a Iniciativa Global de Taxonomia (GTI); a Estratégia Global para a Conservação de Plantas (GSPC); a abordagem ecossistêmica; uso sustentável; medidas de incentivo; responsabilidade e reparação; progressos sobre temas ecossistêmicos; acesso e repartição de benefícios

(ABS); o plano estratégico, relatórios nacionais, operações da CDB e o programa pluri-anual de trabalho; recursos e mecanismo financeiro; cooperação técnica e científica e o Mecanismo de Intermediação de Informação (CHM); educação e conscientização pública; cooperação com outras convenções e iniciativas internacionais; uma contribuição à revisão de dez anos da Agenda 21; o Artigo 8 (j) sobre conhecimento tradicional. Um Segmento de Alto Nível sobre a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, inclusive uma Mesa Redonda Ministerial, e um diálogo de múltiplos interessados, foram convocados durante a segunda semana de reuniões.

## A terceira reunião do Comitê Intergovernamental para o Protocolo de Cartagena

22 a 26 de abril de 2002, Haia, Países Baixos

A ICCP3, iniciou suas deliberações à sombra das discussões calorosas do fechamento da Plenária da COP 6, sobre o significado de consensos e regras de votação pendentes da CDB. Este início, aliado ao cansaço de alguns delegados após duas semanas de negociações, criou uma atmosfera de desânimo bastante diferente do tom mais construtivo e sem confronto de reuniões anteriores do ICCP. Muitos observaram que os países quiseram assegurar, do início ao fim das reuniões, que seus objetivos fossem claramente expressos, registrados e reconhecidos por meio dos relatórios, recomendações e anexos da reunião. Portanto, a ICCP 3, tornou-se um jogo de demarcações políticas para estabelecer posições ideais referentes

sobre qual texto entre parêntesis ou aberto para discussões adicionais em antecipação às decisões pelo MOP.

A ausência da mesma urgência política para resolver questões essenciais e a inflexibilidade de posições de negociação propiciou comentários de alguns participantes sobre o fim do “Espírito de Montpellier” e o fim da breve lua de mel do Protocolo, desde sua adoção. Isto ficou especialmente claro nas questões mais controversas, tais como identificação e conformidade, quando a semana de negociações terminou em textos entre parêntesis, muito similares aos textos iniciais. Esta breve análise irá focar as questões de documentação e identificação, conformidade, responsabilidade e reparação, capacidade.

## Reflexões sobre a COP 6

Sr. Hans Hoogeveen



A diversidade biológica jamais recebeu tanta consideração na agenda internacional e política. A Convenção sobre Diversidade Biológica é uma das mais bem-sucedidas, ou talvez, a mais bem sucedida convenção do sistema da ONU. E não sem razões. Dependemos amplamente de nossos recursos naturais; de nossos animais, plantas e microorganismos para a produção de alimentos e medicamentos e para o valor intrínseco da diversidade biológica. Eles são a base de nossa existência. Formam nosso mundo vital, no qual a vida está em risco.

Durante a última década, os Países Baixos apoiaram ativamente a Convenção e sua implementação, no nível nacional. “Mundo vital, a vida em risco”, foi o Logo da Sexta Reunião da Conferência das Partes, realizada em Haia, Países Baixos, abril de 2002. Desde então, realizamos consideráveis progressos. Não é sem razão que a biodiversidade foi identificada como uma das cinco prioridades na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

A conservação e uso sustentável da biodiversidade são algumas das pedras fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Esta foi também a mensagem cristalina de cento e vinte e três

ministros à Declaração Ministerial da Sexta Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica. Isto ficou bastante claro para todos os Chefes de Estado e Governos durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD).

A COP 6 e a WSSD estabeleceram uma meta: precisamos alcançar, até 2010, a redução significativa da taxa atual de perda de biodiversidade.

Podemos nos orgulhar destes resultados, mas não podemos nos deitar sobre nossos louros. Há muito em jogo.

A COP 6 e a WSSD marcaram a mudança da fase de planos e programas audaciosos para a implementação destes. Foi difícil desenvolver estes programas, mas pelo que vimos e experimentamos é ainda mais difícil implementá-los. No entanto, esta fase da Convenção será crucial para o seu sucesso. O Programa Pluri-Anual de Trabalho acordado até 2010 é uma base sólida para esta fase. Entre outras decisões importantes estão: recursos genéticos (Diretrizes de Bonn), diversidade biológica de florestas, indicadores e medidas de incentivo. Infelizmente, a conclusão dos importantes princípios orientadores sobre espécies exóticas invasoras originou, até o momento, sérias preocupações.

A COP 6 e a WSSD marcaram também a mudança de ênfase entre a conservação de biodiversidade para a ên-

fase sobre uso sustentável. Não devemos esquecer que não podemos dissociar a importância da conservação da biodiversidade das necessidades reais de povos que dependem desta mesma biodiversidade para suas vidas e existências. Precisamos levar em consideração as questões de acesso e repartição de benefícios, especialmente para os povos que mais precisam destes.

Outra tarefa importante para os próximos anos é apresentar decisões para promover e apoiar iniciativas para áreas hot spot e outras áreas essenciais para a biodiversidade, e para promover o desenvolvimento de redes e corredores ecológicos nacionais e regionais. Estas redes ecológicas deverão ser a base para a conservação e uso sustentável da nossa biodiversidade.

Ao longo de nosso trabalho futuro jamais deveremos deixar de lembrar a nós mesmos a seguinte pergunta: podemos responder aos nossos filhos e netos que tomamos o partido da biodiversidade e que fomos além de nossas diferenças para fazer a diferença?

Esqueçamo-nos de nós mesmos. Deixemos que nosso amor universal pela natureza e biodiversidade una nossas lacunas e diferenças, de tal modo que sejamos lembrados como pessoas que encontraram a compreensão comum para a conservação e uso sustentável da nossa biodiversidade.







## Reflexões sobre CEPA – de Bratislava a Bilbao

Peter Bridgewater



A COP 4 da CDB, realizada em Bratislava, convidou a UNESCO a considerar o lançamento de uma iniciativa global sobre educação, treinamento e conscientização pública sobre biodiversidade. Na realidade, nada aconteceu até Nairobi, quando uma reunião enérgica da IUCN, apoiada pelos Países Baixos e Noruega, finalmente levou a COP 5 a compreender a necessidade da estratégia CEPA para a COP 6.

Tanto os Secretariados da CDB quanto da UNESCO (Alexander Heydenaël e Salvatore Arico) levaram a mensagem de Nairobi, e, apoiados pela Comissão sobre Educação e Comunicação da IUCN, forjaram de forma enérgica o plano básico para Comunicação, Educação e Conscientização Pública (CEPA), adotado na COP 6. Três seminários excelentes realizados em Paris, Bergen (graças à Noruega) e Bilbao levaram o processo adiante. Uma das idéias mais interessantes, entre as muitas sugeridas, jamais foi adotada – o uso de observações da fauna e da flora por populações locais como meio de estimular CEPA. Talvez no futuro. E enquanto os principais desafios CEPA permanecem, estes esforços pioneiros construíram uma base sólida – mas lembre-se; CEPA é para todos. 📌

“... CEPA É PARA TODOS.” —PETER BRIDGEWATER

## Oito dias que delinearão as Diretrizes

Brendan Tobin, Coordenador, Iniciativa da Biodiplomacia, UNU-IAS e Alwin Kopse, Conselheiro Sênior, Departamento Federal para Agricultura, Suíça



Já na primeira sessão Plenária sobre as Diretrizes de Bonn, na COP 6, estava claro que não haveria acordo sem uma significativa modificação no projeto para tratar as responsabilidades dos chamados “países usuários”. Próximo ao horário do almoço, o presidente convidou os delegados a considerarem sugestões sobre como avançar nesta questão e adiou a reunião. Sobre sanduíches e café, muitos delegados procuraram por soluções possíveis ao impasse, enquanto membros do Secretariado andavam ao redor procurando por potenciais negociadores e formadores de coalizões. A decisão deles foi genial e ponderada.

A Suíça e o Peru, países com sólido registro de investigações, promoções e adoções de mecanismos inovadores para regulamentos de ABS, foram convidados a compartilhar a responsabilidade para administrar o processo. Antes de aceitar, convencemos um ao outro de que seria possível um resultado bem sucedido. Co-presidir a reunião criou uma dinâmica interessante, com nossos diferentes pontos de vista sobre governança de ABS e personalidades e estilos distintos de encaminhar a discussão efetivamente, apoiando-nos

mutuamente para ajudar a concluir a negociação com sucesso. Passado este momento, fica difícil saber se um de nós dois teria alcançado o resultado sozinho. Durante os oito dias de trabalho do grupo de contato, alternamos a responsabilidade de presidir a reunião. Em alguns momentos movendo rapidamente, outras vezes, persuadindo, empurrando e até forçando os delegados a chegarem a um compromisso até que chegassem a algum ponto importante – e outras vezes, diminuindo o ritmo – proporcionando um período de relaxamento para permitir que a situação se acalmasse antes de aquecermos novamente as discussões.

Esta colaboração cresceu por meio de um compromisso mútuo para a obtenção do acordo mais equitativo possível. Quando o processo chegou a um impasse – os delegados impossibilitados de encontrar um compromisso sobre a negociação – os presidentes se mostraram capazes de discutir soluções potenciais e então se dividiram para apresentar propostas a seus respectivos grupos pares. Alwin trabalhou a base para fazer com que países desenvolvidos chegassem a um acordo, enquanto Brendan fazia o mesmo com os países

em desenvolvimento. Esta estratégia dupla de compromisso e de trabalho cooperativo possibilitou que o processo avançasse mais rapidamente do que teria sido possível.

Se houvesse uma única palavra para expressar os sentimentos dos delegados, na abertura dos grupos de contato, esta seria desconfiança. Os países desenvolvidos pensavam que uma posição de consenso havia sido adotada após longas negociações em Bonn e não viam necessidade de revisá-la. Os países em desenvolvimento, por outro lado, sentiram que o projeto das diretrizes refletia falta de compromisso pelos países usuários para aceitarem suas responsabilidades sobre suas próprias ações sobre ABS. Em meio a esta atmosfera melancólica havia muita esperança, tais como a aliança entre o México e a Costa Rica para promover uma proposta clara sobre medidas para usuários, de um lado, e a prontidão da parte de países tais como a Austrália e Japão, em apoio à renegociação, caso isto assegurasse a adoção das diretrizes.

A negociação deveria ser conduzida, principalmente, pela Comunidade Européia de um lado, e

“... BIODIVERSIDADE, QUE DESEMPEÑA UM PAPEL CRÍTICO, NÃO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL GLOBAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA. É ESSENCIAL AO NOSSO PLANETA, AO BEM ESTAR DA HUMANIDADE E À SUBSISTÊNCIA E INTEGRIDADE CULTURAL DAS PESSOAS...” —(PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE JOANESBURGO)

## Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

26 de agosto a 4 de setembro de 2002, Joanesburgo, África do Sul



Esta revisão de dez anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) focalizou a revitalização do compromisso global para o desenvolvimento sustentável. Os participantes negociaram e adotaram dois documentos principais: o Plano de Implementação e a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. O papel fundamental da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, foi enfatizado pela declaração do compromisso de participantes quanto a:

- alcançar, até 2010, uma redução significativa da atual taxa de perda de biodiversidade; e
- negociar um regime internacional para promover e salvaguardar a repartição justa e equitativa de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos. 📌

“...PASSADO ESTE MOMENTO, FICA DIFÍCIL SABER SE UM DE NÓS DOIS TERIA ALCANÇADO O RESULTADO SOZINHO.” —BRENDAM TOBIN E ALWIN KOPSE

México e Costa Rica de outro, com a Colômbia, o Brasil e a Etiópia entre os principais atores que deveriam ser introduzidos para a obtenção da decisão final.

Três momentos entre todos chamam a atenção na negociação. O primeiro, envolve a posição desafiadora e heróica de um jovem negociador da Etiópia, encarregado por seu mentor de defender a posição do bloco de países africanos, ausentes na reunião do G77. Na medida em que o grupo de contato chegava a uma posição de consenso sobre as medidas a serem adotadas pelos países usuários, a Etiópia se opôs sozinho à conclusão desta seção do debate. Brendan, então presidindo a sessão, viu-se em uma posição difícil, pois promover o consenso era a ordem do dia e até aquele momento a maioria dos consensos vinha dos países em desenvolvimento. Visando manter a consistência, o jovem foi gentilmente convidado a sentar-se. O Delegado manteve-se firme em sua posição. Sob assessoria do Secretariado e de Alwin, exerceu-se pressão maior. Não houve movimento. Novamente a pressão foi aumentada, mas apesar da crescente pressão das delegações presentes na sala, ele se mantinha firme. Então, as portas se abriram e a sala foi invadida por delegados africanos que irromperam sala adentro. Ele não estava mais sozinho. Este impasse culminou com uma sessão no sábado, com trabalhos por mais de

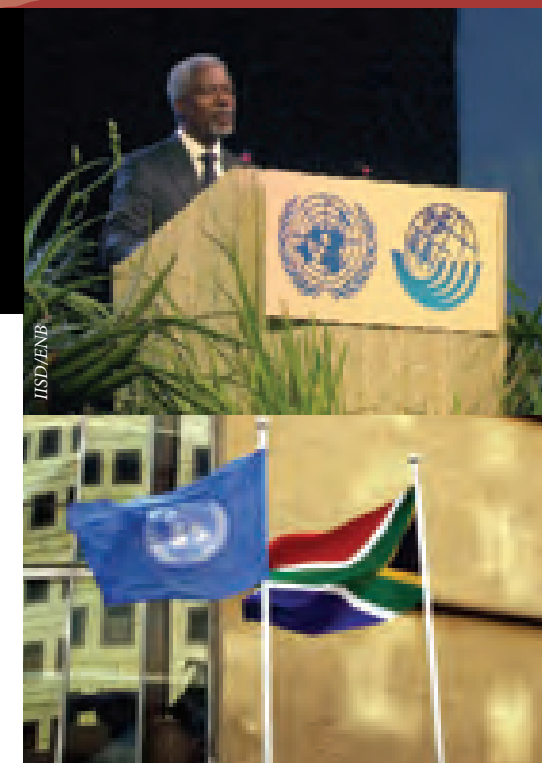
cinco horas para chegar a uma solução, que expressa em uma linha de texto o reconhecimento da responsabilidade de países usuários. Uma frase que provou ser de grande importância, desde então.

O segundo momento de tensão aconteceu após longas horas de debates difíceis. Brendan apresentou outra alternativa de proposta, na esperança de encontrar uma saída. Com os nervos já a flor da pele, isto foi demais para um delegado dos países desenvolvidos, que gritou em frustração “Você não está ajudando”. No entanto, o presidente solicitou apenas mais alguns minutos de tolerância, apresentou a proposta e então passou a presidência a outro. A proposta permaneceu e foi amadurecida por Alwin, que mais uma vez, provou o valor de uma decisão do Secretariado.

O terceiro momento, e o mais dramático de todos, aconteceu quando o grupo de contato retornou à plenária para apresentar os resultados de seu trabalho, apresentado como um documento de consenso. A presidente, Elaine Fisher, olhou rapidamente para a audiência, não viu qualquer objeção aparente e com grande alívio e visível prazer, bateu o martelo para declarar o assunto como adotado. Mas nem tudo estava bem, e, como se previsse o que ainda estava por vir, a cabeça do martelo voou e caiu ao chão. Foi então que se ouviu uma voz que discordava e apontava uma falha

no sistema eletrônico ao registrar a solicitação de atenção da plenária. Eles continuaram mostrando que nenhum acordo havia sido alcançado referente à re-convocação do Grupo de Trabalho sobre ABS. Elaine, bem menos feliz, solicitou que tentassemos mais uma vez, e uma reunião foi rapidamente convocada. Três horas após, o trabalho havia sido feito e enquanto Brendan relaxava os delegados retornaram à plenária e ouviram a proposta de compromisso final apresentada por Alwin. Finalmente, o martelo foi batido mais uma vez, seguido por três rodadas de aplausos bem merecidos pela conclusão bem sucedida do grupo de trabalho.

Aprendemos três lições fundamentais com este processo. Primeira, presidir pode ser como conduzir uma orquestra em alguns aspectos: quanto mais você sabe sobre os jogadores e suas respectivas forças, mais chance de conseguir o melhor de cada um, sem muita dor. Segunda, é extremamente importante voltar atrás no processo, de tempos em tempos, e lembrar que nenhum acordo é bem melhor do que um acordo não trabalhado ou do que um mau acordo. Finalmente, para ser bem sucedido é necessário obter o apoio e respeito dos participantes, o que significa dizer, estar preparado para ouvir, reconhecer erros e lembrar que presidir é uma honra fugaz e que da próxima vez você estará buscando a atenção do presidente como qualquer outra pessoa. 📌





# 13 AVANÇOS RELATIVOS AO USO SUSTENTÁVEL, CONHECIMENTO TRADICIONAL E ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS



2003



## A oitava reunião do SBSTTA

10 a 14 de março de 2003, Montreal, Canadá  
Presidente: Dr. Jan Plesnik

Os Delegados adotaram onze recomendações sobre: biodiversidade de montanhas, o principal tema da reunião; águas continentais; biodiversidade marinha e costeira; áreas secas e sub-úmidas; biodiversidade e turismo; e as operações do SBSTTA. O desenvolvimento de um programa de trabalho sobre biodiversidade de montanhas demonstrou ser um empreendimento considerável, pois o SBSTTA 8 não concluiu totalmente as deliberações sobre seus componentes e ordenou ao grupo de especialistas técnicos que considerasse adicionalmente estas deliberações antes do SBSTTA 9. Os resultados da reunião, referentes à biodiversidade marinha e costeira, incluíram recomendações sobre trabalhos de acompanhamento ao estudo, longamente esperado, sobre recursos genéticos do solo marinho, bem como sobre áreas protegidas marinhas e costeiras (MCPAs).

## Programa Pluri-Anual de Trabalho para a Convenção (MYPOW)

17 a 20 de março de 2003, Montreal, Canadá

Os Delegados adotaram sete recomendações, a serem encaminhadas à COP 7, sobre: alcançar a meta de 2010; o programa pluri-anual de trabalho da COP, até 2010 (MYPOW – 2010); aspectos legais e sócio-econômicos da transferência e cooperação de tecnologia; os resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável relativos ao processo da Convenção; um regime internacional para acesso e repartição de benefícios; avaliação futura de progresso na implementação da Convenção e Plano Estratégico; e as contribuições da CDB às Metas de Desenvolvimento do Milênio e o processo da Comissão de Desenvolvimento Sustentável.



## Reflexões sobre o SBSTTA 9

Alfred Oteng-Yeboah



Assumir a presidência do SBSTTA 9 havia aprendido, com as reuniões do grupo de contato, a necessidade de criar uma atmosfera de confiança, cooperação, flexibilidade e respeito. Estava consciente do fato de que os delegados que representavam órgãos governamentais ou não governamentais em reuniões da CDB, têm algo a contribuir para o desenvolvimento do acordo internacional; de que estas contribuições poderão ou não somar de forma substancial às questões, mas que todos tinham o direito de serem ouvidos. Havia aceitado que a presidência de recomendações e ou decisões acordadas nas reuniões era fundamental para a auto-estima dos delegados e para os órgãos que eles representam e, portanto, estava pronto para ouvir várias opiniões para enriquecer o processo de construção de consenso.

Havia aprendido também a explorar ao máximo minha relação pessoal com Deus. Estava ciente, especialmente durante momentos de impasse em reuniões do grupo de contato e quando as soluções não vinham tão facilmente, que eu poderia me recolher e oferecer uma prece para a solução e, como num passe de mágica, alguém apresentaria uma opção aceitável.

Conseqüentemente, mesmo que a SBSTTA 9 tenha sido considerada a mais difícil e complicada, mesmo antes de seu início, devido a sua ampla agenda que incluía discussões sobre recomendações em relação a monitoramento, indicadores e metas voltadas para resultados para alcançar os objetivos de 2010, há evidências de que esta foi a reunião mais bem sucedida.

Usando, como um exemplo, o resultado final da SBSTTA-9 é possível observar que quando as discussões das reuniões conduzem a desafios e oportunidades, os modos de adoção e níveis de consenso são ótimos.

Nesta reunião, em particular, observei que os delegados haviam sido sensibilizados quanto ao resultado da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD) e o Plano de Ação de Joanesburgo em relação à oitava Meta de Desenvolvimento do Milênio (MDGs), e, portanto, compreenderam o esforço sobre as metas de 2010, do ponto de vista da biodiversidade, como oportunidades e desafios para monitoramento e avaliação de indicadores.

Esta situação conduziu rapidamente ao consenso, e é algo sobre o qual refletir no futuro.

## A nona reunião do SBSTTA

10 a 14 de novembro de 2003, Montreal, Canadá  
Presidente: Alfred Oteng-Yeboah

Os Delegados do SBSTTA 9 adotaram dezesseis recomendações sobre: áreas protegidas, um dos principais temas da reunião; transferência e cooperação de tecnologia, o outro tema principal para discussão; tecnologias genéticas de restrição do uso; biodiversidade e mudança de clima; monitoramento e indicadores; a Iniciativa Global de Taxonomia; a integração de metas voltadas para resultados em programas de trabalho da CDB; metas voltadas para resultados para a Estratégia Global sobre Conservação de Plantas; biodiversidade de montanhas; uso sustentável; incentivos perversos; espécies exóticas invasoras; diretrizes para a implementação da abordagem ecossistêmica; e relatórios de progresso sobre a implementação. Uma recomendação para integrar metas voltadas para resultados em programas de trabalho da CDB, demonstrou ser um pequeno, porém significativo passo para alcançar a meta de 2010 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD) de reduzir significativamente a taxa de perda de biodiversidade.



“... QUANDO AS DISCUSSÕES DAS REUNIÕES CONDUZEM A DESAFIOS E OPORTUNIDADES, OS MODOS DE ADOÇÃO E NÍVEIS DE CONSENSO SÃO ÓTIMOS.”

—ALFRED OTENG-YEBOAH



## Seminário sobre uso sustentável e a adoção das Diretrizes de Addis Ababa

6 a 8 de maio de 2003, Addis Ababa, Etiópia

O quarto seminário sobre uso sustentável foi o final da discussão de três seminários anteriores sobre uso sustentável para ecossistemas específicos. Os participantes desenvolveram os seguintes quatorze princípios concretos para o uso sustentável da diversidade biológica, juntamente com diretrizes operacionais para proporcionar assessoria sobre sua implementação. Os princípios tratam a necessidade de:

- uma estrutura institucional de apoio
- empoderamento e responsabilidade de usuários locais
- remoção ou mitigação de políticas que promovam incentivos perversos
- manejo adaptável
- minimização de impactos sobre serviços, estrutura e funções de ecossistemas
- pesquisa interdisciplinar
- escala apropriada para manejo e regulação
- cooperação internacional sobre recursos compartilhados
- uma abordagem interdisciplinar e participativa
- políticas que reconheçam a variedade dos valores de uso, atuais e potenciais
- minimização de desperdício e maximização de benefícios no uso da biodiversidade e seus componentes
- distribuição equitativa de benefícios para comunidades locais e populações indígenas
- internalizar os custos do manejo
- implementação de campanhas de educação e conscientização pública sobre uso sustentável

**“ELE DAVA A IMPRESSÃO DE SER ALGUÉM QUE ESTAVA REALMENTE NO PODER E SABIA EXATAMENTE ONDE ESTAVA INDO.” —STEVE EDWARDS**

### Peter Schei – Facilitador Mestre

Steve Edwards, Conselheiro Sênior, IUCN

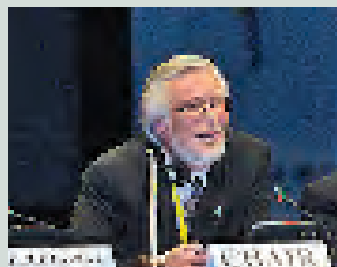


Há bem pouco tempo, Peter lembrou-me que havíamos nos encontrado pela primeira vez na Segunda Conferência das Partes à CITES, em San José, Costa Rica, 1976. Era a primeira vez que eu participava de uma reunião de uma convenção internacional. Não sei se foi ou não a primeira experiência

de Peter em tal fórum, mas me lembro que ele dava a impressão de ser alguém que estava realmente no poder e sabia exatamente onde estava indo — duas características que são marcantes em sua carreira.

Nos anos intermediários nos encontramos frequentemente em vários fóruns onde “o uso sustentável” estava sendo discutido. Atualmente, o conceito de uso sustentável é aceito como uma abordagem legítima para a conservação da diversidade biológica, mas não foi sempre assim e os debates eram quase sempre carregados de emoção, refletindo as posições extremas sobre o assunto.

Acredito que a reputação de Peter de manter sua frieza em meio a controvérsias e sua habilidade como construtor de consenso sobre questões controversas, foram as razões pelas quais ele foi chamado a presidir o seminário aberto realizado em



Addis Ababa, Etiópia, para considerar e endossar os princípios do uso sustentável. Eu fui o relator do texto e juntamente com David Lawson, proporcionei apoio técnico durante dos três dias do seminário.

Lembro-me da minha crescente frustração quando Peter liderou trinta delegados na consideração de um documento de trabalho, parágrafo a parágrafo, ficava mais preocupado a cada hora que passava e não terminávamos nossa tarefa

— especialmente quando estávamos na página três de um documento de doze páginas, no final do segundo dia. Durante todo este tempo, Peter me garantia que chegaríamos lá. Bem, naquele terceiro dia, os delegados uniram-se, miraculosamente, e focaram o conteúdo e como resultado concluíram um documento excepcional, que foi subseqüentemente adotado pelas Partes na sétima Conferência das Partes.

Mais tarde, enquanto relaxávamos, perguntei a Peter porque ele estava tão certo de que iria funcionar. Sua resposta foi simples: todos eles queriam que o documento fosse adotado; era simplesmente uma questão de dar a cada um deles tempo suficiente para descobrir que todos os outros queriam a mesma coisa. O resto foi simplesmente uma questão de assegurar que cada teria a chance de contribuir de maneira efetiva.



Mitchell-UNEP/Alpha Presse

## Segunda reunião do Grupo Aberto Ad Hoc sobre Acesso e Repartição de Benefícios

1 a 5 de dezembro de 2003, Montreal, Canadá

Os Delegados adotaram seis recomendações sobre: relatórios sobre experiências com as Diretrizes de Bonn; o regime internacional sobre ABS; uso de termos; outras abordagens, conforme estabelecido na decisão VI/B sobre outras abordagens para implementação das disposições da CDB sobre ABS; medidas para assegurar conformidade com PIC e MAT; e capacitação. A reunião estava encarregada da tarefa significativa de abrir caminho para as negociações da COP 7 sobre as fases para o desenvolvimento de um regime ABS internacional. Apesar de que tempo e esforços tenham sido dedicados ao debate sobre o processo do regime, sua natureza, abrangência, elementos e modalidades, os delegados admitiram que um texto bastante entre parênteses era o melhor que podiam alcançar naquela fase inicial. Enquanto as discussões sobre o regime internacional obscureciam outros tópicos, os delegados demonstraram estar satisfeitos com a recomendação sobre medidas de conformidade com PIC e MAT, as quais, apesar de não esclarecem o relacionamento com, e o papel da, Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), e de deixarem em aberto o debate sobre um certificado de origem ou de procedência legal internacional, proporcionam passos que possibilitam mover adiante. A recomendação sobre capacitação e o projeto do plano de ação do seminário de especialistas também foram acolhidos com resultados concretos para a implementação das disposições da CDB relacionados a ABS.

## Terceira reunião do Grupo Aberto Ad Hoc de Trabalho sobre o Artigo 8 (j)

8 a 12 de dezembro de 2003, Montreal, Canadá

Os delegados da terceira reunião do Grupo de Trabalho, abençoados por uma prece Mohawk na abertura da terceira reunião, consideraram e adotaram nove recomendações sobre: a integração do programa de trabalho sobre o Artigo 8 (j) em áreas temáticas da CDB; progressos na implementação do programa de trabalho; recomendações do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (PFII); tecnologias genéticas de restrição do uso (GURTs); elementos para um sistema sui generis para a proteção do conhecimento, inovações e práticas de comunidades locais e populações indígenas; mecanismos participativos e de comunicação para o envolvimento efetivo de comunidades locais e populações indígenas em assuntos relacionados aos objetivos do Artigo 8 (j); o projeto de diretrizes a Akwé: Kon para a realização de avaliações de impactos culturais, ambientais e sociais, referentes a desenvolvimentos propostos para serem realizados em, ou que poderão causar impacto sobre locais sagrados e sobre terras e águas tradicionalmente ocupadas ou usadas pelas comunidades locais e populações indígenas; o relatório conjunto referente ao conhecimento, inovações e práticas de comunidades locais e populações indígenas; e, transferência e cooperação de tecnologia.



IISD/ENB



# 14 A META DE BIODIVERSIDADE PARA 2010 E A ENTRADA EM VIGOR DO PROTOCOLO DE CARTAGENA SOBRE BIOSSEGURANÇA

## Sétima reunião da Conferência das Partes

9 a 20 e 27 de fevereiro de 2003, Kuala Lumpur, Malásia  
Presidente: Honorável Dato' Seri Law Hieng Ding

Os delegados da COP 7 adotaram trinta e três decisões sobre, entre outros aspectos: biodiversidade e turismo; monitoramento e indicadores; a abordagem ecossistêmica; biodiversidade e mudança de clima; uso sustentável; espécies exóticas invasoras (IAS); Plano Estratégico; biodiversidade de montanhas; ecossistemas de águas continentais; biodiversidade marinha e costeira; áreas protegidas (PAs); acesso e repartição de benefícios (ABS); transferência e cooperação de tecnologia; Artigo 8 (j) (conhecimento tradicional); medidas de incentivo; comunicação, educação e conscientização pública (CEPA); cooperação científica e técnica e o Mecanismo de Intermediação de Informação (CHM);

recursos e mecanismo financeiro; e relatórios nacionais. A agenda da COP 7 proporcionou às Partes a oportunidade de vivenciar um dos desafios mais importantes da CDB: responder com medidas concretas aos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (WSSD), inclusive a meta de reduzir significativamente a perda de biodiversidade até 2010 e mostrar que a CDB é a estrutura política mais apropriada e eficiente para tratar a biodiversidade. As realizações da reunião, referentes a ABS e PAs, apoiadas por uma importante estrutura para avaliar a implementação do Plano Estratégico, formam uma base sólida sobre a qual a Convenção poderá tratar suas prioridades de médio e longo prazo, no futuro. ■

**A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE COMUNIDADES LOCAIS E POPULAÇÕES INDÍGENAS, BEM COMO A ESTREITA COOPERAÇÃO DE OUTROS ORGÃOS INTERNACIONAIS NO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO, REPRESENTAM DESAFIOS SINGULARES.** —FRANÇOIS PYTHOUD

## As negociações sobre um Regime de Acesso e Repartição de Benefícios

François Pythoud, Agência Suíça para o Meio Ambiente, Floresta e Paisagem



Kuala-Lumpur, 17 de Fevereiro de 2004, quase meia-noite. Após cinco dias de intensos debates, o grupo de contato concordou sobre o mandato e os termos de referência para a elaboração e negociação de um regime internacional sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. Esta decisão, oficialmente endossada pela COP 7 alguns dias mais tarde, é um marco histórico na implementação do terceiro objetivo da Convenção. Pela primeira vez, uma decisão foi imposta à COP por meio de compromissos adotados pelos Governos e outros órgãos, a WSSD e a Assembleia Geral da ONU. Será que isto afetará o processo? Muitas questões permanecem sem resposta. O objetivo, a estrutura e a natureza legal do regime deverão ser definidos. A participação efetiva de comunidades locais e populações indígenas, bem como a estreita cooperação de outros órgãos internacionais no processo de negociação, representam desafios singulares. Para os veteranos da CDB, Kuala-Lumpur relembra Jakarta, quando a COP 2 decidiu iniciar a negociação do Protocolo sobre Biossegurança. O Protocolo é um sucesso apesar de ter levado oito anos para entrar em vigor. Podemos esperar até 2012 por um regime internacional? Claro que não. Devemos utilizar as Diretrizes de Bonn, e os governos e interessados deverão implementá-las como uma questão de prioridade. ■



Silpaongkarn/UNEP/Alpha Presse

**“... SUSTENTABILIDADE E EQÜIDADE PRECISAM EMERGIR EM REDES DE TURISMO, COMO UM LEGADO”**

—SCOTT MULLER

## Biodiversidade e desenvolvimento de turismo – Reflexões sobre o crescimento da “Conexão” e Manutenção da Diversidade

Scott Muller

Uso sustentável facilita a conservação e as tão mencionadas estatísticas de desenvolvimento de turismo trazem exatamente a noção de oportunidade, esperança e medo.



É possível canalizar e influenciar os impactos, positivos e negativos, que resultam desta impressionante máquina de crescimento? Estas são as razões do valor incalculável da decisão VII/14 para alcançar a meta de 2010.

A fragilidade da sustentabilidade do equilíbrio derivado de comportamentos interdependentes dentro de um sistema. É uma qualidade emergente. Sustentabilidade e equidade precisam emergir em redes de turismo, como um legado. Mas, infelizmente, a co-evolução não é intrínseca entre micro-agentes de um sistema, precisa ser facilitado.

Com a decisão VII/14 e as Diretrizes de Biodiversidade e Turismo, a COP talhou, de maneira admirável, uma poderosa estrutura de coordenação que cria sistemas de informação e possibilita a co-evolução.

Entretanto, somente quando implementada pelas Partes. Experimentei diretamente como a implementação pode alcançar a educação, o manejo adaptável e o processo de informação que foca os princípios práticos da auto-organização, interconexões e a ampla participação de interessados, a repartição de informações e revelações públicas.

A COP respondeu com bastante sucesso a sua missão e talhou ferramentas poderosas para a meta de 2010. Está em nossas mãos tirá-las da caixa de ferramentas. ■

## Rumo ao futuro sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira

Kristina Gjerde, Programa Marinho Global IUCN



As obrigações da CDB sobre conservação e uso sustentável devem ser aplicadas, de forma consistente, em todo o planeta, inclusive em alto mar. Do contrário, não alcançaremos nossa meta de reduzir drasticamente a perda de biodiversidade, até 2010.

A CDB já pode servir como um mecanismo de intermediação para informação científica e relatórios nacionais sobre medidas adotadas para eliminar práticas destrutivas e implementar melhores práticas de manejo. De forma ideal, o próximo passo seria um mecanismo de cooperação para promover redes representativas de MPAs de alto mar (consistente com UNCLOS) e outras ferramentas de manejo para assegurar que os preciosos recursos do alto mar sejam protegidos para gerações futuras, para que possam aproveitá-los e aprender com eles. ■



IISD/ENB

## Primeira reunião da Conferência das Partes na função de reunião das Partes ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança

23 a 27 de fevereiro de 2004, Kuala Lumpur, Malásia  
Presidente: Honorável Dato' Seri Law Hieng Ding

As expectativas dos delegados da COP/MOP 1, ao chegarem em Kuala Lumpur, eram moderadas, carregadas com a difícil tarefa de tratar as questões operacionais e institucionais que facilitarão a implementação do Protocolo. A COP/MOP 1 foi bem sucedida ao estabelecer a estrutura operacional necessária para a efetiva implementação do Protocolo, e, ao eleger os membros do Comitê de Conformidade no encerramento da plenária. Esta reunião será lembrada, certamente, como um marco na história da Convenção sobre Diversidade Biológica. Os delegados adotaram treze decisões

sobre, entre outros aspectos: decisões tomadas pelas Partes importadoras; capacitação e lista de especialistas; manuseio, transporte, embalagem e identificação (HTPI) de organismos vivos modificados (OVMS), repartição de informação e o Mecanismo de Intermediação sobre Biossegurança (BCH); responsabilidade e reparação; conformidade; outras questões para implementação; o programa de trabalho de médio prazo para a COP/MOP; orientações ao mecanismo financeiro; e o orçamento para custos distintos do Secretariado e do programa de trabalho sobre biossegurança. ■



## Capítulo 1

UNEP/Alpha Presse – *Árvores Baobab, Madagascar*  
Cachoeira em Floresta Úmida, Tailândia

## Capítulo 2

UNEP/Alpha Presse – *Floresta, outono, EUA*  
J. Kassanchuk/UNEP/Alpha Presse – *Recife de coral, Antilhas Holandesas*  
Ngoc Thai Dang/UNEP/Alpha Presse – *Rio Mekong, Vietnam*  
Bigfoto.com – *Rio de Janeiro, Brasil*

## Capítulo 3

Dahlquist/UNEP/Alpha Presse – *Agricultura, Havaí, EUA*  
S. Nazan/UNEP/Alpha Presse – *Corte de árvores, Irã*

## Capítulo 4

Sonpanich/UNEP/Alpha Presse – *Cena submarina, Tailândia*

UNEP/Alpha Presse – *Pescando, China*

## Capítulo 5

S. Davis/UNEP/Alpha Presse – *Peixes*  
UNEP/Orjan Furubjelke – *Feira de frutas, Espanha*  
Digital Vision – *Laboratório*

## Capítulo 6

Z.Yi/UNEP/Alpha Presse – *Desmatamento, China*  
istockphoto.com – *Centro de Comércio Mundial, Montréal, Canadá*

## Capítulo 7

Schneider/UNEP/Alpha Presse – *Floresta úmida, Reúion*  
Gliberry/UNEP/Alpha Presse – *Colheita, África do Sul*

## Capítulo 8

Cameron/UNEP/Alpha Presse – *Plantação de trigo, Canadá*  
istockphoto.com – *Milho, tomate, ervilha*

## Capítulo 9

Kalovstian/UNEP/Alpha Presse – *Sapo*

## Capítulo 10

FAO/12925/M. Roodkowsky – *Programa Mundial de Alimentação*  
Woltchev/UNEP/Alpha Presse – *Agricultura de deserto, Líbia*

## Capítulo 11

Bry/UNEP/Alpha Presse – *Erosão, Madagascar*  
istockphoto.com – *Floresta*

## Capítulo 12

Gaethlich/UNEP/Alpha Presse – *Homens Uros, Peru*  
UNEP/Alpha Presse – *Educação ambiental, China*

## Capítulo 13

IFAD/A. Conti – *Carregando água, Etiópia*  
Domi/UNEP/Alpha Presse – *Criança com peixe, Mauritània*

Mitchell/UNEP/Alpha Presse – *Plantação de arroz, Indonésia*

## Capítulo 14

Truchet/UNEP/Alpha Presse – *Aumento do nível do mar, Polinésia Francesa*  
Silpngamiert/UNEP/Alpha Presse – *Criança bebendo água, Tailândia*

## CAPA

Photos from UNEP/Alpha Presse and Still Pictures.

## CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS

O Secretariado gostaria de agradecer ao Informativo de Negociações da Terra (ENB), do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD), e Kimo Goree, Diretor Administrativo dos Serviços de Reportagem do IISD para o ENB, especialmente pela ajuda ao proporcionar fotografia de reuniões passadas da CDB. As fotografias foram obtidas pela equipe de editores digitais do IISD/ENB: Franz Dejon, Leila Mead, Ken Tong, Andrei Henry.

Agradecemos também a Still Pictures e Alphapresse por proporcionarem acesso ao arquivo de fotografias do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, usadas nesta publicação.

A fotografia de Veit Koester, na página 14, foi gentilmente cedida por Joachim Koester.

## EDIÇÃO ESPECIAL DAS NOTÍCIAS DA CDB

### EDITORIAL

Hamdallah Zedan  
Arthur Nogueira  
John Fry  
David Ainsworth  
Paola Deda  
Erie Tamale  
Fanca D'Amico

### DESENHO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Black Eye Design, [www.blackeye.com](http://www.blackeye.com)

Versão para o português

Tradução: Ana Lúcia Lemos de Sá

Editoração e impressão: Dupligráfica Editora LTDA

A partir da publicação "The Convention on Biological Diversity from conception to implementation"

Publicado pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Direito autoral, Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, 2004. Todos os direitos reservados.

Esta publicação poderá ser reproduzida para fins educacionais ou não comerciais, sem a permissão especial dos detentores dos direitos autorais, desde que seja feito o reconhecimento das fontes. O Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que use este documento como fonte.

As designações usadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam na expressão de qualquer opinião da parte do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, referente ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou referente à delimitação de suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressadas nesta publicação são aquelas dos autores e não refletem, necessariamente, aquelas do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

## ASSINATURA

A publicação Notícias da CDB é gratuita para todos. Para assiná-la, por favor envie carta, fax ou e-mail. Notícias da CDB está disponível também na Internet. Se você quiser receber um e-mail sobre a última versão on-line disponível, por favor, envie mensagem para [secretariat@biodiv.org](mailto:secretariat@biodiv.org) ou inscreva-se por meio da página na Internet.

## ESCREVA-NOS

Notícias da CDB convida seus leitores a enviarem cartas para publicação. Comentários sobre questões importantes para a Convenção sobre Diversidade Biológica são bem-vindas também. Os leitores poderão nos enviar também suas opiniões sobre as Notícias da CDB e do papel que esta publicação deverá desempenhar. As cartas deverão conter no máximo 300 palavras, e poderão ser enviadas por correio ou e-mail.

CDB Notícias é publicada por

Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica  
413 Saint Jacques Street, Suíte 800  
Montreal, Quebec, H2Y 1N9 Canadá  
Fone: +1 (514) 288-2220  
Fax: +1 (514) 288-6588  
E-mail: [secretariat@biodiv.org](mailto:secretariat@biodiv.org)  
Web: [www.biodiv.org](http://www.biodiv.org)



**O RICO TAPETE DA VIDA EM NOSSO PLANETA** é o resultado de mais de 3.5 bilhões de anos de evolução, moldado pelo processo natural, e, cada vez mais pela influência humana. Das estimadas 13 milhões de espécies, cerca de 1.75 milhões foram identificadas, até o momento. A importância da diversidade biológica - as diferenças genéticas de espécies e a variedade de ecossistemas em desertos, florestas, zonas úmidas, montanhas, lagos, rios, mares e paisagens agrícolas - para a saúde da humanidade e do planeta, foi reconhecida na Cúpula Mundial das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro, 1992, quando a grande maioria dos Governos assinou a Convenção sobre Diversidade Biológica.

A Convenção estabelece compromissos para medidas nacionais e internacionais voltadas para a preservação de ecossistemas vitais e recursos biológicos dos quais todos nós somos dependentes. Seus três objetivos principais são a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos.

